

Guia para o Diálogo do Uso do Solo

O diálogo como ferramenta para abordagens
de paisagem aos desafios ambientais



Diálogo do
USO DO SOLO



Encosta de Ihemi -
Paisagem da Tasmânia
Foto cortesia do TFD



Diálogo do USO DO SOLO

Guia para o Diálogo do Uso do Solo

O diálogo como uma ferramenta para abordagens de paisagem aos desafios ambientais

The Forests Dialogue
Yale University
360 Prospect Street
New Haven, Connecticut, 06511, USA
O: +1 203 432 5966
T: @forestsdialogue
W : www.theforestsdialogue.org
E : info@theforestsdialogue.org







Diálogo do USO DO SOLO

ÍNDICE

Agradecimentos	i
Citação	i
Introdução	1
Capítulo Um: Os Princípios do LUD	13
Capítulo Dois: O Processo LUD	17
Fase 1: Engajamento	18
Estudo de Caso 1: Os LUDs no Brasil	22
Fase 2: Exploração	24
Estudo de Caso 2: Aglomerado de Iheri, Tanzânia	30
Fase 3 : Mudança	31
Estudo de Caso 3: Projetos de Estabilização do Uso do Solo (PLUS) em Paisagens da Tanzânia, Uganda, Gana e República Democrática do Congo	35
Capítulo Três: Lições Aprendidas	40
Direções Futuras.....	57
Anexos	58
Anexo A: Componentes de Preparação do Diálogo.....	59
Anexo B: Cronograma de Seis Meses Antes do Lud	64
Anexo C: Cronograma de Ações do Lud Para Participantes e Lideranças	67
Anexo D: Cenários de Financiamento.....	68
Anexo E: Principais Critérios a Serem Considerados Durante a Fase de Pesquisa	69

AGRADECIMENTOS

Este guia é resultado das experiências de organizações parceiras e de indivíduos que apoiam e integram, mundialmente, a iniciativa Diálogo do Uso do Solo.

Desde o lançamento da iniciativa, em 2015, o modelo Diálogo do Uso do Solo (LUD, na sigla em inglês) foi elaborado pelas lideranças do processo, pelas co-lideranças e participantes do diálogo, que compartilharam seu conhecimento, suas experiências e sua compreensão dos contextos da paisagem. Este guia apresenta as práticas recomendadas e as lições aprendidas nessas experiências.

A elaboração deste guia não teria sido possível sem as lideranças e os participantes do LUD, as lideranças e os parceiros do projeto PLUS, a equipe e os colaboradores do TFD, e os membros do LUD que apoiaram a Iniciativa LUD e os diálogos LUD locais. Em particular, gostaríamos de agradecer a Chris Buss, por comandar a iniciativa como uma co-liderança do TFD; a Miriam Prochnow, por sua atuação na promoção do LUD Brasil e da Comunidade de Prática LUD; e a Gary Dunning, por sua orientação estratégica enquanto Diretor Executivo do TFD. Liz Felker elaborou e coordenou a edição deste guia. Amity Doolittle, Renata Lozano e Arianna T. Nuri contribuíram na redação do texto. Os comentários de Saadia Bobtoya, Chris Buss, Yulia Cuthbertson, Dominique Endamana, David Ganz, Bethany Linton, Victor Lopez, Doyi Mazenzele, Kass Muteba, Ivone Namikawa, James Omoding, Miriam Prochnow, Fernanda Rodrigues e Molly Loomis Tyson forneceram contribuições valiosas ao conteúdo deste guia. Além disso, este guia inclui as recomendações de uma revisão da IUCN do projeto PLUS, com base no Marco de Governança dos Recursos Naturais [Natural Resource Governance Framework], elaborado por Barbara Nakangu. Kathy Mills foi a responsável pelo desenho gráfico desta publicação. O Secretariado do The Forests Dialogue [Diálogo Florestal Internacional] foi responsável pela coordenação dos processos de redação, formatação e revisão deste guia.

CITAÇÃO

Diálogo Florestal Internacional 2020. *Guia para o Diálogo do Uso do Solo: O diálogo como uma ferramenta para abordagens de paisagem aos desafios ambientais*. TFD, New Haven, CT.

*Foto à direita: As partes interessadas da paisagem se reúnem em um pequeno grupo de discussão, durante o LUD em Mangai, na RDC (República Democrática do Congo).
Foto cortesia da IUCN*

INTRODUÇÃO



O QUE SÃO: OS DIÁLOGOS DO USO DO SOLO

O Diálogo do Uso do Solo (LUD, na sigla em inglês) é um processo de diálogo que apoia a tomada de decisões, de múltiplas partes interessadas, relativas a questões ambientais fundamentais no nível da paisagem.

O processo LUD foi elaborado para apoiar processos envolvendo múltiplas partes interessadas, no manejo multissetorial e adaptativo do solo em paisagens estratégicas ao redor do mundo. O LUD se baseia na premissa de que, através do diálogo, as pessoas e as instituições podem criar soluções mais sustentáveis, localmente orientadas e duradouras para os desafios da paisagem. Ao invés de promover um diálogo único, focado em uma questão específica, o processo LUD apoia a implementação de um processo de longo prazo dedicado à tomada de decisões colaborativas acerca do meio ambiente.

O LUD obtém resultados tangíveis para o manejo sustentável do solo ao apoiar um processo social que alimenta as iniciativas e as políticas formais relativas à paisagem, os processos e os espaços de tomada de decisão. Ele permite que as pessoas debatam as questões de formas que não seriam possíveis em processos formais. Assim, o LUD pode servir como uma esfera de controle de governança, visando esclarecer as questões com os atores apropriados e orientar soluções. Além disso, os LUDs podem ajudar na criação de sistemas de diálogo e intercâmbio que, com o tempo, se tornam uma cultura.

O processo LUD reúne diversos atores para vislumbrar, coletivamente, o que os atores desejam para o futuro de sua paisagem, e identificar as estratégias para abordá-las.

Ao visualizarem a paisagem, os atores são capazes de definir objetivos, identificar desafios comuns e discutir compromissos.

OS TERMOS “USO DO SOLO” E “PAISAGEM”

Desde o lançamento da iniciativa Diálogo do Uso do Solo, há uma discussão entre os membros do Conselho Diretor do TFD e as lideranças do diálogo sobre os termos “uso do solo” e “paisagem”. Alguns deles destacam que o termo “uso do solo” não deveria implicar a restrição do processo de diálogo aos processos legais e formais de planejamento do uso do solo, nem que seu sentido seja exclusivamente utilitário, desconsiderando outros valores. O termo “paisagem” pode ter muitas conotações, especialmente no que tange à sua tradução em diferentes línguas. Para alguns, o termo designa uma escala geográfica, ao passo que, para outros, a palavra expressa um sentimento abstrato ou bucólico. Para algumas lideranças do diálogo, a imprecisão da palavra paisagem é benéfica, na medida em que ela pode ser definida e significada pelas próprias partes interessadas.

Cada plataforma LUD tem os seguintes objetivos:

- ➔ Apoiar um processo de aprendizado social em diferentes setores;
- ➔ Promover uma visão da paisagem compartilhada por um conjunto inclusivo de partes interessadas da paisagem;
- ➔ Identificar ações prioritárias para concretizar a visão que alimenta os processos previstos ou em curso no local.

Este guia apresenta os princípios e processos do LUD, e as lições aprendidas através da iniciativa LUD nos últimos cinco anos. Este guia apresenta a metodologia recomendada, incluindo os princípios e estágios do processo de diálogo, para ajudar as lideranças do LUD a tomarem decisões que promovam uma paisagem sustentável em seu contexto particular. Cada processo LUD percorrerá os estágios e passos da abordagem LUD de uma forma única, com base no contexto local e nos resultados específicos pretendidos com o diálogo. Alguns dos fatores que podem influir no LUD são o contexto específico do diálogo, os níveis pré-existent de confiança entre as partes interessadas, as necessidades das partes locais e os recursos disponíveis. Na medida em que cada LUD é único, fornecemos diversos exemplos para ilustrar os resultados de deliberações específicas, as aplicações dos princípios de diálogo, e as lições de experiências anteriores. Ademais, o LUD emprega o monitoramento e a avaliação adaptativos para assegurar que o processo seja transparente, motivado pelas partes interessadas, e sensível a mudanças.

PORQUE: ABORDAGEM DE PAISAGEM

Em todo o mundo, formadores de opinião da sociedade civil, governos e empresas têm avançado em uma abordagem de paisagem na tomada de decisões relativas ao uso do solo e de recursos.

Ao promover a gestão multissetorial e colaborativa do solo, esta abordagem busca fazer face aos interesses muitas vezes conflitantes das partes interessadas envolvidas em determinada paisagem. Através da tomada de decisões colaborativa, a abordagem de paisagem insere os objetivos ambientais, sociais e econômicos em um marco conceitual para a gestão adaptativa da paisagem.

Diferentes modelos, processos e regimes de governança podem ser compatíveis com o que chamamos de uma abordagem de paisagem. Em alguns casos, o foco é a governança e a gestão participativas do uso do solo; em outros, ela envolve parcerias entre os setores público e privado.

Apesar das diferenças na prática, o que chamamos de uma abordagem de paisagem apresenta algumas características fundamentais.¹

Em primeiro lugar, abordagens de paisagem operam em escalas geográficas definidas pelas partes envolvidas, o que significa que nem sempre elas obedecem a limites administrativos. **A paisagem é definida como um sistema socioecológico, que abrange ecossistemas naturais e modificados pelos seres humanos.** Um avanço no sentido da adoção de uma “escala de paisagem” reconhece a interconexão entre os usos do solo e a ocupação do solo: isto é, o fato de que todo uso do solo é impactado pelos usos do solo adjacentes. Isso se torna mais claro quando analisamos questões como a disponibilidade e o uso da água, o controle de incêndios, a erosão do solo ou o escoamento químico.

Uma “paisagem” é uma área sujeita a distintos processos e atividades ecológicas, históricas, políticas, econômicas e culturais. Ao definir a escala e os limites de uma paisagem, deve-se considerar, entre outros fatores, a capacidade de equilibrar a viabilidade e de atribuir múltiplas funções aos diversos atores e objetivos. Um processo em escala de paisagem ainda pode contribuir e se alinhar com abordagens ecológicas ou jurídicas para sua implementação.



Participantes do LUD na RDC (República Democrática do Congo), durante uma visita a campo.
Foto cortesia da IUCN

1. Reed et al 2016, fornecem uma breve história das abordagens da paisagem em sua revisão sistemática da literatura de abordagem da paisagem. Reed, J et al. 2016. Integrated Landscape Approaches to Managing Social and Environmental Issues in the Tropics: Learning from the Past to Guide the Future. *Global Change Biology*, 22.

Em segundo lugar, abordagens de paisagem atendem a necessidades locais e regionais complexas através do entendimento e da colaboração entre diferentes setores. **A abordagem de paisagem vai além de uma abordagem setorial para a gestão do solo.** A abordagem de paisagem envolve o esforço coletivo e a tomada de decisões adaptativa abrangendo uma zona de mosaico de ocupações do solo, usos do solo, e demandas sociais e institucionais. Ao ir além das abordagens setoriais, a abordagem de paisagem pode servir como um mecanismo para envolver aqueles raramente incluídos na tomada de decisões relativas à paisagem, incluindo as comunidades locais e o setor privado. Idealmente, como consequência, os atores locais são capazes de promover soluções que os incluam e os beneficiem.

Embora as abordagens de paisagem apresentem vantagens para o enfrentamento de certos problemas ambientais, isso não significa que elas serão sempre bem-sucedidas. A tabela a seguir apresenta algumas características em que uma abordagem setorial é mais apropriada, e quando a abordagem de paisagem pode ser mais bem sucedida. Embora, por questões de clareza, tenhamos simplificado a distinção entre as abordagens setorial e de paisagem, reconhecemos que muitas abordagens setoriais adotam processos colaborativos, participativos e multi-escalares.

Tabela 1: Diferenças entre as Abordagens Setorial e de Paisagem

TÓPICO	ABORDAGEM SETORIAL	ABORDAGEM DE PAISAGEM
Problema tratado	Único	Complexo
Objetivos e meta final	Definição exata	Definição vaga
Definição de objetivos	Previamente determinados	Co-criados, constantemente revisados
Planejamento	Linear	Adaptativo
Escala	Local: Em geral, um ou dois dos usos do solo mais importantes	Maior escala: Múltiplos usos do solo interligados
Escopo	Geralmente bem definido	Difuso e em desenvolvimento constante (objeto de discussão e de negociação)
Ênfase	Centrado nos objetivos	Centrado nos processos
Êxito e fracasso	Facilmente identificáveis	A percepção dos resultados positivos e negativos depende das partes interessadas e varia em função de contextos dinâmicos.
Monitoramento	O progresso pode ser medido com base em critérios simples, definidos previamente.	Complexo; os objetivos mudam e os resultados desejados podem sofrer alterações ao longo do tempo. O monitoramento pode se referir mais ao processo que ao resultado.

TÓPICO	ABORDAGEM SETORIAL	ABORDAGEM DE PAISAGEM
Aprendizado	Informal e restrito à duração do projeto	Aprendizado social, integral e contínuo
Gestão e governança	Papéis e estruturas organizacionais claros e bem definidos	Papéis organizacionais mudam constantemente e, às vezes, se sobrepõem; sociedade civil tem importância crescente.
Autoridade	Em grande medida, centralizada e bem definida	Descentralizada/distribuída, potencialmente dinâmica e negociada
Duração	Curto a médio prazo (alguns anos)	Vários anos a algumas décadas
Papel dos demais atores	Objetos de um projeto	Participantes de um processo
Visão dos fatores externos	Limitações e contextos	Possíveis objetos de intervenções mais amplas para reduzir ameaças ou viabilizar processos ou resultados
Objetivo das negociações	Resultados específicos	Engajamento e determinar o que é mutuamente aceitável
Papel da ciência	Orientar e definir	Detectar padrões, instruir interpretações e contribuir para a avaliação e o aprendizado.
Financiamento	Criteriosamente orçado; adequado aos ciclos de doação atuais	Indeterminado (idealmente institucionalizado para apoiar uma visão de longo prazo)

O Papel do Diálogo na Abordagem de Paisagem

Reconhecendo os interesses muitas vezes conflitantes das diferentes partes interessadas envolvidas na gestão de uma determinada paisagem, um processo de diálogo imparcial entre múltiplas partes interessadas pode ser utilizado para promover a transparência na tomada de decisões, gerar confiança e facilitar o compartilhamento de informações. Através deste processo de diálogo, as partes interessadas são capazes de identificar metas comuns, conciliar objetivos antagônicos e priorizar ações.

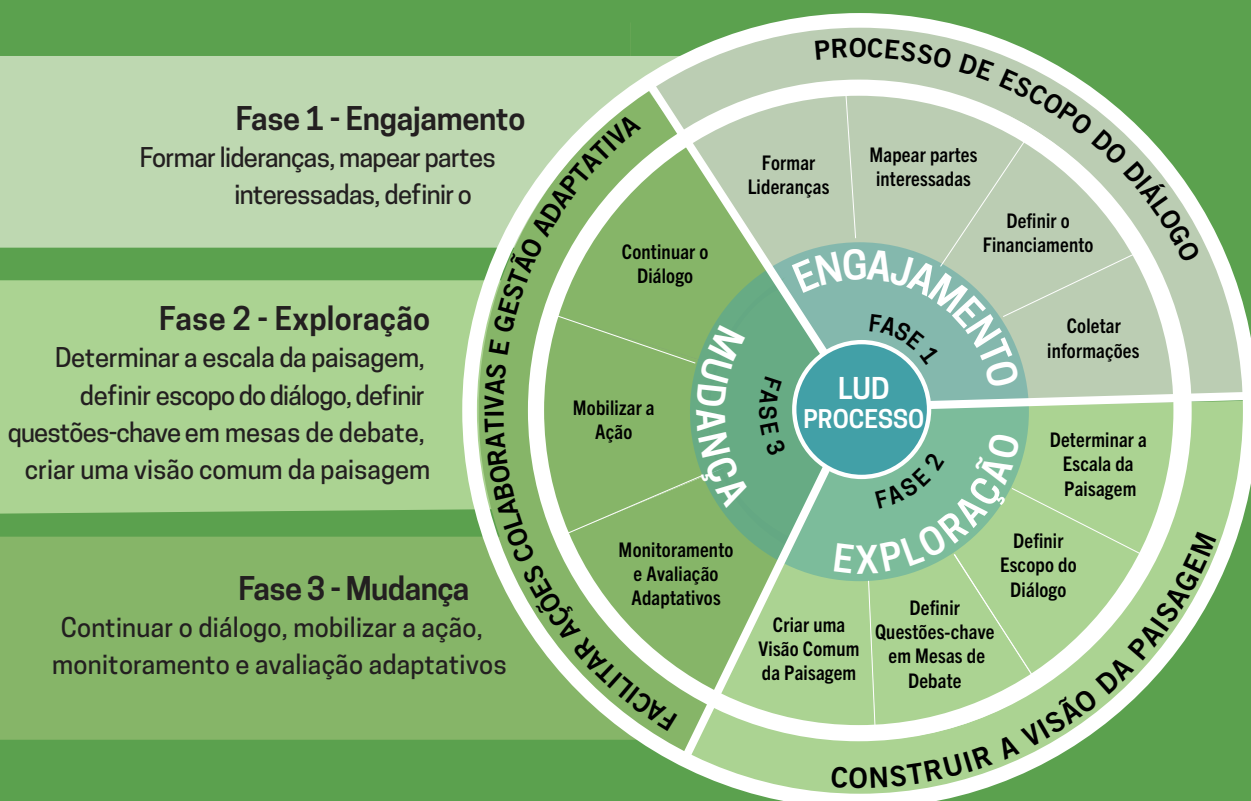
Pesquisadores das abordagens de paisagem argumentam que a qualidade da tomada de decisões relativa à paisagem depende do processo através do qual as decisões são tomadas.² Em uma abordagem de paisagem, o processo de diálogo pode estimular o aprendizado transparente e inclusivo e um processo de tomada de decisões que induza a soluções que contemplem as necessidades locais atuais e a colaborações inovadoras entre diferentes setores.

² Sayer, J. et al., 2013. *Ten principles for a landscape approach to reconciling agriculture, conservation, and other competing land uses*. PNAS: 110 (21).

Em uma abordagem de paisagem aos problemas ambientais, o diálogo pode cumprir um **papel social** ao estimular a compreensão das partes interessadas, identificar as questões da paisagem, incentivar a mudança e gerar confiança. O processo de diálogo pode ajudar a estabelecer relações e parcerias, aumentar a confiança de vozes marginalizadas e empoderar as partes interessadas na definição de papéis e responsabilidades. O diálogo também pode cumprir uma **função prática** ao oferecer um ponto de partida para identificar questões comuns e para abordá-las coletivamente.

Quando as partes interessadas têm a capacidade de representar, articular e negociar suas demandas, o diálogo pode ampliar o acesso e a posição de vozes marginalizadas, garantindo, assim, que seus direitos sejam reconhecidos e reduzindo o potencial de conflitos locais entre práticas conflitantes de uso do solo.

Ao criar um processo social que amplia os processos formais institucionais ou jurídicos, o diálogo entre múltiplas partes interessadas pode **aumentar a transparência no enfrentamento dos desafios da paisagem, o estabelecimento de acordos e a delimitação de fronteiras**. No entanto, as abordagens de paisagem não necessariamente oferecem estratégias que beneficiam todas as partes. Ao contrário, sinergias e compromissos deverão ser estimulados para conciliar os usos do solo e as prioridades e demandas das partes interessadas.



Além de promover a confiança e a prestação de contas, uma tomada de decisões mais transparente pode ter outras consequências potenciais. Nesse sentido, ela permite que as partes interessadas estabeleçam limites aos resultados finais, definindo explicitamente as condições que não são “negociáveis”, por exemplo, os direitos humanos ou as espécies em extinção. Assim, as partes interessadas podem identificar e assegurar regras em que as condições e prioridades sejam apropriadas a eventuais compromissos. Estabelecer esses limites conjuntamente pode estimular a compreensão mútua, gerar confiança e esclarecer ocasiões nas quais um diálogo de aprendizado não é a melhor ferramenta para enfrentar os desafios.

COMO: PROCESSO + PRINCÍPIOS LUD

O modelo LUD foca no estabelecimento e na manutenção de um processo de diálogo frequente entre múltiplas partes interessadas, com base em princípios de diálogo compartilhados, de modo a promover uma abordagem de paisagem aos desafios ambientais.

O modelo LUD, tal como apresentado neste guia, não consiste em um conjunto de atividades a serem implementadas, mas em uma estrutura através da qual as lideranças LUD, em cada paisagem, podem decidir como apoiar o aprendizado comum e envolver outras partes interessadas da paisagem. O processo e os princípios LUD devem ser entendidos como uma estrutura flexível moldada pelos desafios ambientais específicos, pelas demandas dos atores da paisagem, e por como eles se envolvem em uma abordagem de paisagem.

QUAIS SÃO (E NÃO SÃO) OS OBJETIVOS DO LUD

O diálogo entre múltiplas partes interessadas é uma ferramenta útil em circunstâncias específicas. O processo LUD é indicado para a abordagem de conflitos que carecem de compreensão mútua e confiança.

Ele não é, necessariamente, a ferramenta mais indicada nos casos em que há ocorrências diretas e desestabilizadoras como, por exemplo, a migração em larga escala em função do impacto de mudanças climáticas, ou conflitos graves. Além disso, às vezes pode parecer que alguns problemas ambientais derivam de decisões tomadas há muito tempo. Embora o processo LUD possa influenciar a tomada de decisões de cima para baixo (top-down), estimulando o dinamismo e uma perspectiva comum, ele será mais bem sucedido em criar soluções de baixo para cima (bottom-up), baseadas nas experiências, no conhecimento e nas competências locais.

O LUD tem por objetivo o aprendizado entre diferentes grupos de partes interessadas, a construção de coalizões e a mobilização de ações. Desta forma, o LUD atua como um processo social que apoia outras iniciativas relacionadas à paisagem e os processos formais de planejamento. Ele não pretende substituir nenhum processo formal de planejamento do uso do solo ou de tomada de decisões consensuais.

Isso reflete a crença fundamental do TFD de que um processo de diálogo contínuo e imparcial facilita a tomada de decisões, o aprendizado e a construção de coalizões entre múltiplas partes interessadas, que são componentes essenciais na implementação de uma abordagem de paisagem. Além disso, no longo prazo, o processo de diálogo pode estimular um maior equilíbrio entre interesses conflitantes, tomadas de decisões mais justas e soluções duradouras aos conflitos sobre o uso do solo.

A iniciativa LUD reflete algumas premissas básicas, incluindo a noção de que o processo de implementação do diálogo é um aspecto crucial para a efetividade do LUD. O processo de diálogo, incluindo as regras básicas, as estruturas de governança, a estrutura do diálogo e as técnicas de mediação, será determinado pelo contexto local específico, através de decisões tomadas pelas lideranças de diálogo locais. Embora este processo seja único a cada LUD, ele sempre se baseia em princípios de diálogo comuns, a saber, que o diálogo é conduzido localmente, internacionalmente informado, representativo, imparcial, responsável e transparente. O foco no processo de diálogo também ressalta o fato de que apoiar um LUD não significa simplesmente planejar uma reunião pontual, mas envolve uma série de deliberações que favorecem uma cultura de diálogo entre setores.

O processo LUD, discutido em detalhe na Parte Três, segue três fases fundamentais: Engajamento, Exploração e Mudança. Por meio do engajamento, do diálogo e da visualização da paisagem, do processo LUD objetiva identificar as ações prioritizadas localmente, dentre múltiplos caminhos de mudança. Alguns exemplos de resultados do diálogo:

- ➔ Gerar recomendações para a formulação ou a implementação de políticas;
- ➔ Resolver conflitos e imprecisões envolvendo direitos fundiários e demarcação de fronteiras;
- ➔ Desenvolver parcerias entre a comunidade e o setor privado;
- ➔ Planos para testar e elaborar práticas sustentáveis de uso do solo;
- ➔ Estabelecer redes de compartilhamento de informação e de aprendizado, local e internacionalmente;

QUEM: DIÁLOGO FLORESTAL INTERNACIONAL + PARCEIROS

O Diálogo do Uso do Solo (LUD) é uma iniciativa global de uma rede de lideranças ambientais que opera desde a escala global até o nível da paisagem.

A iniciativa LUD é coordenada pelo Diálogo Florestal Internacional (TFD, na sigla em inglês), uma plataforma de mobilização de múltiplas partes interessadas que visa conciliar interesses conflitantes no setor florestal. As organizações citadas abaixo são lideranças-chave na iniciativa global do LUD e nos processos relativos à paisagem. Muitas

dessas organizações estão representadas por membros no Conselho Diretor do TFD, ao passo que outras são parceiras na implementação de programas que apoiam diversos processos do LUD. Em particular, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, na sigla em inglês) é uma liderança fundamental da iniciativa LUD, apoiando os processos LUD em paisagem do mundo todo, em programas como o SUSTAIN-Africa e o Projeto de Estabilização do Uso do Solo. Além disso, em cada paisagem, o processo LUD conta com diversos apoiadores, como organizações, empresas, representantes do governo, lideranças tradicionais e membros da comunidade. A lista completa dos participantes do LUD se encontra na Tabela 2.

- African Wildlife Foundation (AWF)
- Agoro International Vocational Institute (AIVI)
- A Rocha Ghana
- Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi)*
- Diálogo Florestal Brasileiro*
- CARE
- The Center for People and Forests (RECOFTC)*
- Rede Codesult
- Fundação Ford
- Comissão Florestal de Gana
- Institut Congolais de Conservation de la Nature (ICCN)
- União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)*
- Klabin*
- Fundação MICAIA
- Comissão Nacional de Planejamento do Uso do Solo da Tanzânia
- The Nature Conservancy
- Olam International
- Organisation Congolaise des Ecologistes et Amis de la Nature (OCEAN)*
- Corredor de Desenvolvimento Agrícola do Sul da Tanzânia (SAGCOT)
- Autoridade Florestal Nacional de Uganda
- Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD)

*Representantes dessas organizações contribuíram para a edição deste guia.

Os fundamentos da iniciativa LUD se baseiam em duas décadas de experiência com o diálogo entre múltiplas partes interessadas, pelos membros do Secretariado e Membros do comitê. Embora se baseie na experiência e nos aprendizados do TFD, o processo LUD é um desdobramento do modelo geralmente adotado pelo TFD. Os avanços mais importantes refletem o foco no apoio ao diálogo no nível da paisagem, ao invés das escalas nacional ou global.

O MODELO DO DIÁLOGO FLORESTAL INTERNACIONAL (TFD)

O objetivo central do TFD é proporcionar resultados práticos para os conflitos associados à floresta, gerando confiança, compartilhando informações e facilitando a colaboração entre os atores relevantes. O TFD já apoiou 67 diálogos nacionais e internacionais, envolvendo a participação de mais de 3.000 pessoas.

O modelo global do TFD inclui um Conselho Diretor internacional, lideranças nacionais, intelectuais e logísticas, de diálogo, um conjunto de princípios básicos e uma estratégia de financiamento, incluindo diversas partes interessadas de ONGs e empresas, e o apoio de Organizações Intergovernamentais (OI). O Conselho Diretor do TFD, composto de intelectuais, especialistas, lideranças empresariais e comunitárias do mundo inteiro, define as prioridades do plano estratégico e orienta as iniciativas de diálogo. O TFD apoia as cooperações e os fluxos de comunicação existentes, ao mesmo tempo em que inclui as partes interessadas que, no passado, eram sub-representadas ou marginalizadas, incluindo setores privados e locais.

No modelo do TFD, cada diálogo enfoca uma “linha de fratura” específica - uma questão socioambiental vital, mas controversa, acerca dos usos, das demandas e da tomada de decisões sobre a floresta. Uma iniciativa de diálogo é proposta por um membro ou um grupo de membros do Conselho Diretor, ativamente comprometidos ou envolvidos com as questões em lugares específicos.

Uma linha de fratura pode ser um conflito persistente, no qual o desafio pode residir na natureza complexa de alguma questão ou na ausência de comunicação. Nos lugares onde ocorrem os diálogos, também podem haver o que se chama de conflitos permanentes - aqueles aspectos vinculados ao poder, aos valores e à identidade, que demandam a transformação do sistema, e os elementos que determinam o conflito. A metáfora da linha de fratura ajuda a ilustrar como um tópico específico de diálogo pode atravessar inúmeras divergências e desigualdades de poder históricas na região, vistas como conflitos permanentes. Os diálogos do TFD mais bem sucedidos são, muitas vezes, capazes de identificar soluções e compromissos em meio a conflitos persistentes, apesar da presença contínua de um conflito permanente.

ONDE: LOCAIS DO LUD

O processo de Diálogo do Uso do Solo já foi conduzido em paisagens do Brasil, da Tanzânia, de Gana, Uganda e da República Democrática do Congo.

Todos esses processos LUD tiveram início com partes interessadas e organizações locais importantes, ativas na região, demonstrando interesse no processo LUD. Em cada uma dessas paisagens, uma coalizão de partes interessadas buscava iniciar ou fortalecer uma abordagem de paisagem aos desafios ambientais na região. Em algumas delas, já havia uma coalizão ou um fórum de múltiplas partes interessadas que eles buscavam fortalecer através do processo LUD, enquanto outras reconheciam a necessidade de cooperação

intersetorial e desejavam utilizar o processo LUD para dar início a um processo de múltiplas partes interessadas. Uma vez iniciado, as partes interessadas definiam o escopo potencial de um processo de diálogo de gerar confiança, de compor um entendimento comum dos desafios, prioridades e compromissos relativos à paisagem, e de mobilizar a ação.

As primeiras experiências do LUD tiveram início em 2016, no Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina, Brasil, e na paisagem de Ihemi, no Corredor de Desenvolvimento Agrícola do Sul da Tanzânia. Desde então, os participantes do LUD se reuniram em duas ocasiões, formaram diversos subgrupos de trabalho e implementaram ações prioritárias, incluindo um projeto conjunto de restauração do vale do Itajaí. Os aprendizados sobre o processo LUD e sobre o papel do diálogo na promoção de uma abordagem de paisagem se difundiram de forma significativa, levando ao início de processos LUD em outras paisagens da Tanzânia e do Brasil, incluindo a Paisagem do Vale Kilombero e o Centro de Endemismo Belém, respectivamente.

Depois das duas primeiras paisagens-piloto do LUD, o TFD se associou à IUCN no Projeto de Estabilização do Uso do Solo (PLUS, na sigla em inglês), para apoiar a governança da paisagem, em paisagens no interior da Tanzânia, de Uganda, Gana e da República Democrática do Congo. O Projeto PLUS visava apoiar uma abordagem de paisagem através da mobilização e do fortalecimento de grupos de trabalho sobre governança com atores-chave da paisagem, abrangendo diferentes setores e interesses. Os grupos de trabalho sobre governança elaboravam uma visão ou estratégia da paisagem, identificavam as questões centrais relativas à paisagem e as estratégias para abordá-las. Embora os processos do Diálogo do Uso do Solo tenham cumprido diferentes papéis no enfrentamento dos desafios das diversas paisagens, de um modo geral, eles serviram para promover a conscientização, construir conhecimento e mobilizar a ação em um grupo ampliado de partes interessadas.

Com desafios de ecossistema, compromissos de diálogo anteriores e sistemas de governança diferentes, esses processos LUD enfatizaram os aprendizados essenciais, as condições propícias e as considerações relevantes para o diálogo como uma ferramenta de apoio a abordagens de paisagem no mundo todo. Mais informações sobre o LUD brasileiro, o LUD de Ihemi e os LUDs do PLUS serão apresentadas em estudos de caso, na próxima seção. Aprendizados de cada um desses processos integram as lições apresentadas no Capítulo Três, sobre as Lições Aprendidas.

Foto à direita: Participantes do LUD na paisagem de Mangai, na República Democrática do Congo (RDC), durante uma visita a campo. Foto cortesia da IUCN

CAPÍTULO UM

OS PRINCÍPIOS DO LUD



Os Diálogos do Uso do Solo se baseiam em um conjunto de princípios comuns que promovem resultados de diálogo positivos e o engajamento significativo e equânime dos participantes.

Os princípios do LUD incluem tanto a lógica subjacente do processo – que ele é conduzido localmente, internacionalmente informado e representativo – quanto as condições geradas pelo processo de diálogo – neutralidade, responsabilidade e transparência. Esses princípios informam a concepção do processo de diálogo, desde quando e como os atores são envolvidos até a estrutura, a mediação e o fluxo do diálogo propriamente dito.

O processo de diálogo deve começar com o estabelecimento em conjunto dos princípios do diálogo, definindo o que cada um deles significa no contexto específico, e agregando quaisquer outros princípios que o grupo consinta. A capacidade da rede de atores de concretizar cada um desses princípios é avaliada através do monitoramento e avaliação adaptativos para determinar ações futuras. Esta seção apresenta uma explicação geral de cada princípio, fornece exemplos relevantes e propõe um fator de facilitação, como alguma técnica de mediação ou consideração sobre o processo.

CONDUZIDO LOCALMENTE

O LUD responde às demandas e às aspirações locais.

A resposta às demandas locais é alcançada ao garantir que o LUD tenha comprometimento, apoio e liderança entre as partes interessadas locais. Além disso, ele deve incluir processos de baixo para cima (bottom-up) e incluir as vozes tradicionalmente marginalizadas para

solucionar os desafios e os conflitos relativos ao uso do solo. Embora o LUD receba apoio externo e do TFD, é fundamental que atores locais se apropriem do processo. Isto é, que os atores estejam dispostos a participar ativamente do processo de diálogo, a respeitar os princípios do diálogo e a seguir os passos estabelecidos. A implementação de qualquer recomendação de diálogo deve ser coordenada pelas organizações locais.

FATOR DE FACILITAÇÃO: A apropriação local do processo de diálogo se insere na estrutura de governança do diálogo. A estrutura de governança, que pode ser adaptada ao contexto e aos objetivos locais do processo LUD, é composta de um grupo consultivo, de um anfitrião do diálogo, e de co-lideranças que sejam atores nacionais e locais. Todos esses indivíduos, de diferentes formas, têm a responsabilidade de apoiar e facilitar o diálogo, e de garantir a apropriação local do processo.

INTERNACIONALMENTE INFORMADO

O LUD se baseia em compromissos, iniciativas e em uma comunidade de prática globais.

Os LUDs devem buscar um equilíbrio entre o foco na transformação local e o aprendizado internacional em diferentes paisagens. Ao mesmo tempo em que o diálogo exige a apropriação local, ele é fortalecido pela participação de atores internacionais que compartilham os aprendizados de seus próprios processos LUD e do contexto de sua paisagem. Além disso, esses atores

internacionais podem levar consigo lições aprendidas e conhecimento para serem aplicados em outros processos LUD.

FATOR DE FACILITAÇÃO: O objetivo do LUD é construir uma comunidade de prática internacional. Ao assistirem a diálogos em outras paisagens, os participantes ganham novas perspectivas que podem ser aplicadas em seu próprio contexto. Os indivíduos também ganham experiência ao apoiar e participar de um processo de diálogo, o que potencializa a sua capacidade de conduzir seus próprios diálogos. Por exemplo, ao assistirem a diálogos em outras paisagens, os atores podem aprender uma abordagem diferente para incluir uma parte interessada tradicionalmente excluída, um método bem sucedido para lidar com um conflito entre participantes do diálogo, ou com as repercussões de um diálogo que não consiga mobilizar partes interessadas relevantes da paisagem.

REPRESENTATIVIDADE

Todas as partes interessadas são representadas e podem participar.

Um dos objetivos do processo LUD é assegurar que as partes interessadas relevantes em um tópico ou questão específicos sejam representadas e possam contribuir para os resultados do diálogo. Isso significa não apenas garantir que eles estejam presentes, mas também promover um processo que estimule a sua participação. Para que o LUD promova uma tomada de decisões inclusiva, as comunidades e povos marginalizados não devem ser vistos apenas como destinatários de um programa ou iniciativa, mas devem ser incluídos como participantes ativos que influem no processo de tomada de decisões e na determinação dos resultados.

IMPARCIALIDADE

O processo LUD não induz um resultado predeterminado nem apoia os interesses de um grupo em detrimento de outros.

O LUD é concebido, liderado e apoiado por um grupo de múltiplas partes interessadas, representando interesses de diferentes setores e atores. Promover um processo imparcial significa que o processo não é concebido para servir aos interesses de uma parte interessada específica. Além disso, isso implica a inclusão de elementos no processo que se contraponham às estruturas de poder arraigadas.

FATOR DE FACILITAÇÃO: Diversos componentes do processo são concebidos para promover a neutralidade do diálogo. Alguns deles são a adoção das regras de Chatham House, uma estrutura de governança de múltiplas partes interessadas, e o monitoramento e avaliação participativos. Uma das funções principais das lideranças do diálogo, incluindo os co-lideranças e anfitriões do diálogo, é estar atentos aos desequilíbrios de poder que possam minar a neutralidade do LUD.

RESPONSABILIDADE E CONFIABILIDADE

As lideranças e os participantes do LUD são responsáveis pelos compromissos que eles assumem e pelos objetivos estabelecidos.

Um dos objetivos pretendidos pelo LUD é a construção de relações de confiança. Responsabilizar os indivíduos pelo que dizem e pelos compromissos que assumem durante o diálogo é fundamental

para gerar confiança. A responsabilidade implica que os indivíduos que atuam como representantes de uma organização, de uma agência governamental ou de parte dos membros de uma comunidade sejam sensíveis e prestem contas a quem eles representam. Além disso, os participantes também geram confiança no processo de diálogo quando o diálogo alcança aquilo a que se propõe.

FATOR DE FACILITAÇÃO: Um aspecto central da responsabilidade dos participantes é assegurar que os indivíduos que atuam no diálogo como representantes de comunidades ou organizações prestem contas, a quem eles representam, do processo de diálogo e dos resultados.

Compartilhar informações, incluindo uma pauta e um resumo de ideias, antes da reunião de diálogo, garantirá que os participantes estejam a par do que será discutido, e cheguem preparados para atuar como representantes daqueles temas.

A responsabilidade também é estimulada ao assegurar que os participantes se envolvam durante todo o processo de diálogo, ouvindo e aprendendo com outros participantes. A escuta ativa se evidencia em ações como fazer perguntas para solucionar dúvidas, sintetizar os pontos principais, manter contato visual e eliminar distrações como computadores e celulares. A preparação prévia e a prática da escuta ativa não apenas estimulam a participação responsável, como também ajudam o diálogo a evitar uma série de declarações organizacionais premeditadas. Ao invés disso, o objetivo é que os participantes desenvolvam suas perspectivas próprias analisando as causas subjacentes às questões e propondo soluções criativas.

A REGRA CHATHAM HOUSE

CONFIDENCIALIDADE: Os diálogos do TFD tipicamente adotam um princípio de confidencialidade, o que significa que, após um diálogo, os aprendizados ou histórias do diálogo podem ser compartilhados, mas indivíduos ou organizações específicos não devem ser ligados a qualquer fala ou opinião. Isso se baseia em uma regra de diálogo chamada de “Regra Chatham House”, que estabelece que os participantes podem usar livremente as informações recebidas, mas nem a identidade nem a afiliação dos oradores, ou de qualquer outro participante, podem ser reveladas. Idealmente, isso cria uma atmosfera de diálogo na qual as pessoas se sentem mais confortáveis de falarem abertamente e de discutirem soluções. As lideranças do LUD e o grupo consultivo devem decidir, antes do diálogo, se o próprio diálogo também será incluído na Regra Chatham House.

TRANSPARÊNCIA

Os participantes entendem como as decisões são tomadas.

Um diálogo transparente assegura que os participantes entendam como o processo avança de um estágio a outro, como a informação é sistematizada, e em que momentos eles podem intervir e influir no resultado. Transparência não significa apenas compartilhar informação, ela se baseia em conceber um processo de diálogo que seja estruturado, claro e que se desenvolva progressivamente de um estágio a outro, de modo que as contribuições dos participantes determinem as etapas posteriores.

FATOR DE FACILITAÇÃO: Um aspecto central de um processo de diálogo transparente é proporcionar uma estrutura para a expressão de opiniões e intervenções ao longo de todo o diálogo, para garantir que todas as vozes sejam ouvidas. Esta estrutura pode ser acordada no início de um diálogo.

CAPÍTULO DOIS

O PROCESSO LUD

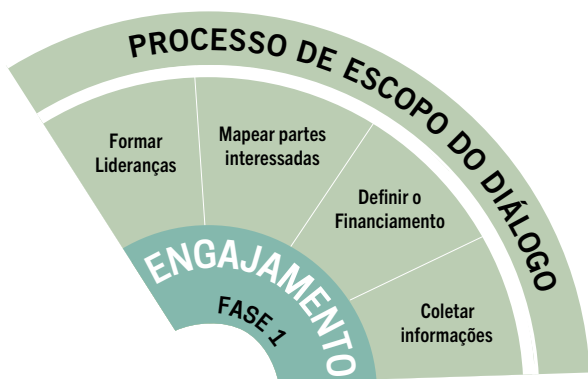


Participantes do LUD na Tanzânia se reúnem em um pequeno grupo de discussão.
Foto cortesia do TFD

O processo de Diálogo do Uso do Solo é um quadro de referência para as lideranças do diálogo tomarem decisões relativas a como envolver os atores da paisagem em um processo de aprendizagem para solucionar desafios ambientais importantes e promover a mudança em sua paisagem.

Compreender o processo de diálogo em suas três fases – Engajamento, Exploração e Mudança – ajuda a conceber o diálogo como algo mais do que apenas uma reunião ou conferência. Pelo contrário, o LUD é um processo contínuo e adaptativo que inclui não apenas o planejamento e a implementação de um diálogo, mas também processos de envolvimento das partes interessadas, de geração de confiança e de aprendizagem que ocorrem antes, durante e depois do evento de diálogo propriamente dito. Esta seção descreve as fases do processo LUD e, quando relevantes, apresenta detalhes, considerações adicionais ou lições baseadas em experiências anteriores.

FASE 1: ENGAJAMENTO



O objetivo da Fase de Engajamento é delimitar o escopo potencial de um processo LUD em uma paisagem específica. Isso inclui coletar as informações disponíveis sobre a paisagem, formar lideranças de diálogo,

compreender os interesses das partes interessadas e definir uma estratégia de financiamento. Cada uma dessas etapas é detalhada na seção a seguir.

Definição de Escopo do Processo de Diálogo

FORMAR LIDERANÇAS LUD

Os processos LUD têm início quando um grupo de atores decide estabelecer um escopo potencial de um LUD para promover uma abordagem de paisagem em curso ou em fase de planejamento. Este primeiro grupo de atores, muitas vezes, conformará o grupo consultivo inicial. É importante sempre explorar outras parcerias e lideranças potenciais para garantir que o grupo consultivo contemple diferentes perspectivas e tenha a capacidade de iniciar o diálogo.

As lideranças do LUD cumprem um papel essencial na condução de todas as fases do processo LUD, inclusive na conversão dos resultados do diálogo em ação. Elas também são responsáveis por garantir que os princípios do diálogo sejam respeitados e orientem todos os aspectos do processo LUD.

IDENTIFICAR AS PARTES INTERESSADAS E COMPREENDER SEUS INTERESSES

Nesta fase, é importante não apenas identificar quem exercerá os papéis centrais de liderança, mas também começar a gerar confiança e estimular

o engajamento por meio de atores fundamentais ao êxito do diálogo como, por exemplo, figuras-chave do governo local ou lideranças comunitárias.

O grupo consultivo do LUD deve mapear as partes interessadas da paisagem para identificar os atores que já estão envolvidos em um processo de abordagem de paisagem e aqueles que ainda podem estar excluídos. Embora seja importante identificar as organizações mais relevantes para as questões-chave, é igualmente importante identificar quem, dentro da organização, poderá ser envolvido no processo e liderar a mudança. A qualidade do mapeamento das partes interessadas depende do conhecimento de seus idealizadores, portanto, é importante que diversas pessoas contribuam. Para identificar eventuais lacunas, pode ser útil identificar os detentores de direitos na paisagem e agrupar as partes interessadas por setor e geografia.

Ao mapear as partes interessadas, o TFD elabora uma lista de potenciais participantes do LUD, de diferentes setores e com prioridades diferentes, utilizando questões como:

- ➔ Quem está envolvido ou interessado em abordagens de paisagem para os desafios ambientais no nível da paisagem?
- ➔ Quem, nos diversos níveis (regional, nacional, internacional), influencia a tomada de decisões e os resultados ambientais na paisagem?
- ➔ Quem detém os direitos sobre o solo e os recursos na paisagem (dentro um conjunto de direitos,

entre eles, o uso, o acesso e o manejo)? Quem pode estar sendo privado de direitos, por exemplo, em função do gênero ou de classe?

- ➔ Quem precisa ser envolvido no enfrentamento deste problema (aqueles considerados responsáveis pelo problema ou aqueles essenciais à sua solução)?
- ➔ Quem não participou/foi excluído no passado? Por quê?
- ➔ Quais setores (públicos e privados) ainda não foram considerados?
- ➔ Quem (quais organizações, lideranças ou indivíduos) são capazes de representar melhor a comunidade e os interesses marginalizados? Quais são os mecanismos para que esse participante preste contas a quem ele representa?
- ➔ Que lacunas existem atualmente? Com quem mais deveríamos falar?
- ➔ Dadas as circunstâncias, eles participariam? Em que condições?
- ➔ Dadas as circunstâncias, o que precisa ser incluído ou excluído da discussão para que as pessoas participem (incluindo condições, temas ou apoio ao diálogo)?

DEFINIR A ESTRATÉGIA DE FINANCIAMENTO

Este estágio começa com uma conversa entre os membros do grupo consultivo do LUD a respeito de como o processo LUD pode ser adaptado ao contexto de sua paisagem, e como isso pode influenciar os estágios de mobilização e diálogo. Por exemplo, o grupo consultivo pode discutir quantas mesas de debate são necessárias. Este passo é importante



Participantes do segundo encontro do LUD no Brasil se reúnem em torno de um mapa da paisagem. Foto cortesia do Diálogo Florestal Brasileiro

para estabelecer expectativas comuns, embora se saiba que os objetivos se desenvolverão ao longo do processo. Uma vez que o processo ideal seja definido, as lideranças do LUD podem avançar na discussão do que é possível fazer, dado o apoio existente, e quais outras fontes ou estratégias de financiamento são necessárias. A estratégia para a captação de recursos deve incluir metas, estimativas de custo, e as formas de financiamento do processo, lembrando de identificar o apoio a todas as três fases. O financiamento de estágios, passos ou gastos isolados pode vir de fontes de financiamento específicas. A tabela incluída no anexo D detalha os cenários de financiamento do LUD, incluindo o cronograma e as potenciais vantagens e desvantagens de cada um deles.

COLETAR INFORMAÇÕES E IDENTIFICAR LACUNAS

O objetivo deste estágio é compilar informações sobre aspectos da paisagem para explorar questões-chave, mapear partes interessadas e identificar lacunas de informação. O estágio de pesquisa informará quais são os objetivos pretendidos pelo LUD, como se planeja executá-los e em que escala ele deverá operar.

O grupo consultivo do LUD deve discutir o estado do conhecimento entre as organizações envolvidas, eventuais lacunas existentes, e o que deve ser feito para gerar ou coletar a informação necessária.

Na experiência do TFD, há casos em que um grupo, geralmente oriundo da sociedade civil, já elaborou uma análise

da paisagem que pode servir como um excelente ponto de partida para o diálogo. Em outros casos, as pesquisas, os estudos e programas sobre a paisagem são abundantes, mas apenas uma pequena parte disso foi compilada em um documento único e acessível. Em alguns casos, há poucos registros sobre o contexto social, ecológico e político da paisagem. Dependendo da disponibilidade de informação, pode ser útil realizar uma “etapa de pesquisa” para coletar informações acerca das percepções das partes interessadas sobre questões-chave, e compreender os motores dos desafios ambientais. No quadro a seguir, Pesquisa da Paisagem, são apresentados os componentes de pesquisa recomendados, e detalhes sobre os principais critérios a serem considerados em cada um desses componentes constam no Anexo E.

A informação compilada ou gerada nesta fase é sistematizada e disponibilizada para todos os participantes do diálogo em um Documento de Referência, de modo a estabelecer um entendimento comum, entre os participantes do LUD, acerca da paisagem.

O Documento de Referência pode ser elaborado pela organização anfitriã ou por um pesquisador externo contratado. O objetivo do documento é proporcionar aos leitores um entendimento do que se sabe atualmente sobre as decisões e os obstáculos referentes ao uso do solo, assim como refletir sobre os seus possíveis impactos no futuro da paisagem.

PESQUISA DA PAISAGEM

A fase de pesquisa pode incluir os seguintes elementos:

- I. Coletar as informações disponíveis sobre o contexto inicial da paisagem. Isso inclui os resultados de estudos relevantes na região, e os dados históricos, ecológicos e sociais pertinentes. Com base nas informações disponíveis, as lideranças do LUD podem identificar eventuais lacunas nos dados e avaliar a necessidade de coletar mais informações antes de seguir adiante.
- II. Analisar questões-chave e possíveis falhas de governança na paisagem. Isso inclui a compreensão do processo de tomada de decisões relativas ao solo e aos recursos, a identificação de conflitos ou questões ecológicas e sociais relevantes, e das iniciativas e programas existentes para abordar esses conflitos e questões.
- III. Investigar as oportunidades estratégicas para a gestão integrada da paisagem e o papel de eventuais processos LUD. Isso inclui a identificação dos processos que o LUD fomentará, como a reformulação de políticas ou programas de gestão colaborativa, e a sincronização desses processos em curso, de modo a garantir a sinergia do LUD. Mais informações sobre a fase de pesquisa se encontram no Anexo E.



Participantes do LUD no Brasil, durante uma visita a campo. Foto cortesia do Diálogo Florestal Brasileiro

Estudo de Caso 1: Os LUDs no Brasil

O primeiro LUD foi realizado em abril de 2016, no Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina, Brasil. Localizado no bioma da Mata Atlântica, Santa Catarina é o estado brasileiro com a maior área remanescente de floresta nativa, em comparação com as estimativas da cobertura original de floresta.

A floresta remanescente é extremamente fragmentada, ameaçando o habitat de diversas espécies e os meios de subsistência das comunidades rurais, dependentes dos recursos naturais.

O LUD foi organizado por uma iniciativa conjunta do TFD, do Diálogo Florestal Brasileiro, da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (APREMAVI), e



da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Desde o lançamento do LUD, as partes interessadas da paisagem se reuniram em duas ocasiões, promoveram oficinas e eventos paralelos, e formaram grupos de trabalho responsáveis por levar as ações adiante.

O primeiro diálogo entre os 49 participantes durou quatro dias e incluiu visitas de campo a quatro propriedades rurais pertencentes a agricultores locais, a um parque municipal de floresta tropical natural, a um fabricante de produtos de madeira de pinho, e ao viveiro de mudas, áreas de restauração, florestas naturais e áreas de floresta manejada para produção da APREMAVI.

O foco das discussões recaiu na identificação dos fatores-chave que influenciam as práticas de uso do solo, e dos atores indispensáveis ao processo LUD. Entre as principais ações que resultaram do diálogo estão a criação de um grupo de monitoramento da paisagem, a organização de uma oficina complementar para discutir os cenários de paisagem para 2030 e 2050, e a divulgação da iniciativa LUD em outros fóruns, incluindo o Congresso Mundial de Conservação da IUCN, em 2016, e a reunião do Conselho Florestal.

O segundo LUD no Alto Vale do Itajaí ocorreu em março de 2017 e se concentrou na produção de um mapa de áreas prioritárias na promoção de paisagens sustentáveis. 150 áreas prioritárias foram identificadas e mapeadas por temas como turismo ecológico rural, atividades de produção sustentável, conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, restauração, agressões ambientais que exigem reparação, enriquecimento ecológico da vegetação existente com espécies nativas, corredores ecológicos e gestão integrada da paisagem, e áreas sob risco de enchentes e desabamentos. Os participantes também detalharam as ações recomendadas, incluindo os

atores a serem envolvidos e prazos de implementação.

A plataforma do Alto Vale do Itajaí já formou um grupo de trabalho regional, construiu uma base de dados para o compartilhamento de informações, e criou um projeto de restauração conjunta com base no mapa de áreas prioritárias.

Atualmente, o objetivo do LUD no Brasil é expandir o processo LUD para outras paisagens importantes, com o apoio do Diálogo Florestal Brasileiro. Recentemente, o Diálogo Florestal Brasileiro, em parceria com o Diálogo Florestal Internacional e a Conservação Internacional, promoveram um Diálogo de Escopo do LUD no Centro de Endemismo Belém (CEB), na região da Amazônia brasileira. O maior desafio na paisagem do CEB é o uso sustentável dos recursos valiosos da região para a geração de oportunidades de trabalho e de renda para as comunidades locais. O diálogo de escopo reuniu representantes de empresas, da sociedade civil, de organizações educativas e de instituições de pesquisa atuantes no CEB, para discutir a importância de se pensar a paisagem de forma integrada para construir uma visão de futuro comum no que se refere ao uso do solo. A próxima etapa focará na divulgação dos resultados do estudo de escopo com a publicação de um Relatório Síntese das Co-lideranças, na criação de um novo Fórum Regional, na organização de diálogos de campo, e em fortalecer o envolvimento das partes interessadas no processo de diálogo.

AÇÕES PROPOSTAS A PARTIR DOS LUDS

Santa Catarina, Brasil

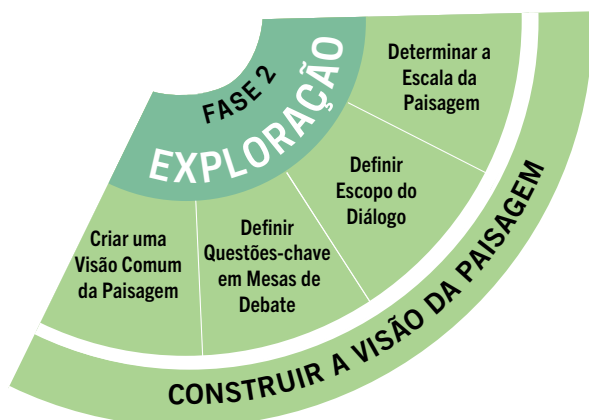
- Criar um grupo de trabalho regional para continuar avançando.
- Elaborar um vídeo para difundir informação.
- Preparar uma base de dados regional para compartilhar informações.
- Elaborar um questionário de diagnóstico sobre cenários futuros para a região.
- Estabelecer parcerias com outros atores do Diálogo Florestal Brasileiro e dos LUDs globais.
- Elaborar um mapa de áreas prioritárias para a implementação de paisagens sustentáveis.
- Formular ações, atores e cronogramas indicados para cada área prioritária.
- Definir outras regiões para LUDs.

e formatos para apoiar a colaboração, o entendimento comum e a visualização da paisagem. Com base nos resultados da pesquisa preliminar, o grupo consultivo do LUD definirá a escala da paisagem e buscará a melhor abordagem aos desafios ambientais da paisagem.

A escala e o formato do diálogo contemplam a realização de mesas de debate, menores que as reuniões de diálogo. As mesas de debate podem ser compostas por um único grupo de partes interessadas, ou por um conjunto regional de partes interessadas (por exemplo, a nível nacional). As mesas de debate se dedicam à concepção de visões da paisagem e à identificação dos principais desafios da paisagem, na perspectiva desses atores. O objetivo do LUD é promover uma visão da paisagem para um grupo representativo de atores da paisagem, de diferentes setores e com interesses diferentes. Os objetivos e os resultados pretendidos das mesas de debate e dos diálogos do LUD são detalhados abaixo. Mais informações sobre a preparação para o diálogo se encontram nos Anexos A e B.

FASE 2: EXPLORAÇÃO

Conceber Visões da Paisagem



O objetivo da Fase de Exploração é promover diálogos em diferentes escalas

DEFINIR ESCOPO DO DIÁLOGO

A pesquisa da paisagem e o mapeamento de partes interessadas possivelmente identificarão muitos desafios da paisagem e prioridades entre as partes. Neste estágio, é importante delimitar quais questões ou conjunto de desafios o processo abordará. O escopo do diálogo pode focar na implementação de uma nova política ou em uma preocupação comum que permita às partes interessadas explorar e refletir sobre questões futuras envolvendo a paisagem. Por exemplo, a

água é um ponto de partida comum, na medida em que se trata de um recurso compartilhado por todas as partes interessadas de uma paisagem, e que está sujeito a impactos visíveis em sua qualidade e quantidade. Partir desta questão comum pode ajudar a gerar confiança, e a familiarizar as partes interessadas com o processo de diálogo e com o potencial da colaboração entre diferentes setores. O processo pode, então, se desenvolver a partir daí e incorporar outros tópicos, questões e recursos.

DETERMINAR A ESCALA DA PAISAGEM

O diálogo inicial deverá determinar a escala da paisagem, que será a escala operacional do processo LUD. O LUD provavelmente adotará a escala da paisagem definida por algum critério governamental, ecológico ou social. Uma paisagem é um espaço definido por suas características biofísicas e sociais. Ela pode ultrapassar ou obedecer aos limites legais e administrativos. Na prática, uma paisagem é grande o bastante para incluir múltiplas partes interessadas e usos do solo, mas pequena o suficiente para permitir a convocação de reuniões de diálogo e o estabelecimento de interesses comuns. Bacias hidrográficas, corredores de vida silvestre e regiões ecológicas podem ser consideradas paisagens, neste contexto.

O LUD do Alto Vale do Itajaí, no Brasil, definiu a paisagem pela presença de três aspectos: uma empresa, comunidades relacionadas a essa empresa, e áreas de conservação. Essas três entidades coexistem com uma ONG atuante, a Apremavi, que acolheu a plataforma LUD na região.

A paisagem de Ithemi, na Tanzânia, adota “aglomerados” pré-definidos, estabelecidos pelo Corredor de Desenvolvimento Agrícola do Sul da Tanzânia (SAGCOT). Na medida em que os aglomerados são definidos com base na ênfase do SAGCOT na produção agrícola, a paisagem é definida pelo agrupamento de unidades de produção e processamento agrícola, em diversas cadeias de valor.

MESAS DE DEBATE: EXPLORAR QUESTÕES-CHAVE E PRIORIDADES

As mesas de debate do LUD são um formato de diálogo utilizado para gerar confiança, promover a capacidade de diálogo, e criar um entendimento comum que pode ser sintetizado em um artigo ou em outros materiais que enriquecerão a reunião principal do LUD. Geralmente, as mesas de debate têm um número pequeno de participantes (menos de 20) e podem assumir o formato de um colóquio ou uma oficina. Essas reuniões são, muitas vezes, menos formais que o LUD principal e podem assumir diferentes formas, dependendo das necessidades das partes interessadas.

O foco das mesas de debate pode ser a definição do escopo das questões-chave e o apoio à tomada de decisões referentes a essas questões. Possivelmente, podem ser realizadas diversas mesas de debate, divididas por grupos de partes interessadas (p.ex., todos os grandes fazendeiros da região) ou por região (todas as principais partes interessadas de uma dada sub-região da paisagem). Isso pode ser feito através de uma discussão em um grupo focal mediado, com a ajuda de

um mapa, caso disponível. Por exemplo, na paisagem de Agoro-Agu, em Uganda, uma série de encontros foram promovidos antes do LUD principal para reiterar o envolvimento das diferentes partes interessadas no fortalecimento da tomada de decisões a respeito de questões-chave.

As mesas de debate podem ser estruturadas para produzir visões da paisagem localizadas ou específicas de determinadas partes interessadas. Mesas de debate de visualização podem contribuir para a visão da paisagem por parte dos interessados e para a identificação de prioridades. Outras contribuições podem ser definidas na própria paisagem.

As contribuições compiladas por todos os grupos focais fornecerão conteúdo para a reunião principal do LUD.

Uma mesa de debate nacional foi organizada com o objetivo de promover o processo LUD na paisagem de Mangai, na RDC, antes da realização do LUD no nível da paisagem. O objetivo dessa mesa de debate era compreender a visão da paisagem de Mangai entre tomadores de decisão-chave a nível nacional, para apoiar o processo de diálogo no nível da paisagem. Isso foi feito através do desenvolvimento da Metodologia de Avaliação de Oportunidades de Restauração das Paisagens Florestais, ROAM (na sigla em inglês), levado a cabo na paisagem, da investigação do potencial de parcerias público-privadas, e da elaboração de um plano integrando a perspectiva do governo e as lições aprendidas de outras iniciativas em curso no país.

A mesas de debate também podem ser utilizadas para promover o desenvolvimento das capacidades de diálogo entre grupos que, geralmente, não participam dos processos de diálogo. Neste caso, o objetivo principal da reunião é fazer com que as partes interessadas se familiarizem com o processo e os objetivos do diálogo. Esta também é uma oportunidade para as partes interessadas esclarecerem seus objetivos para os anfitriões e os organizadores da plataforma. As partes interessadas podem ser informadas a respeito de quando e como elas poderão expressar suas opiniões durante os diálogos principais.

Em alguns diálogos do TFD, foi importante a realização de sessões para o desenvolvimento de capacidades antes do diálogo principal, de modo a facilitar a inclusão dos grupos marginalizados. Isso pode ser feito através de oficinas apenas com as partes interessadas comunitárias, para que elas possam compreender o processo de diálogo e a melhor forma para que se beneficiarem e contribuam para ele.

DIÁLOGO: CRIANDO UMA VISÃO COMUM DA PAISAGEM

O processo LUD se utiliza do diálogo para promover uma visão da paisagem inclusiva e compartilhada entre as partes interessadas, além de um conjunto de ações prioritárias para alcançá-la. O processo de diálogo é projetado para fomentar o entendimento comum, a aprendizagem vivencial e a visualização experimental da paisagem. Os diálogos

LUD objetivam alcançar as seguintes contribuições: uma visão comum da paisagem, uma rede de profissionais da paisagem, e um relatório síntese das co-lideranças que documenta os procedimentos e os resultados do diálogo. O processo de visualização tem o potencial de identificar as metas prioritárias para a paisagem, delegar papéis e responsabilidades, incentivar a reformulação de políticas e promover ações colaborativas.

A visualização é uma etapa fundamental da abordagem de paisagem. Visualizar a paisagem é um processo de compreensão da dinâmica da paisagem por meio de suas conexões sociais e ecológicas. O exercício de visualização não deve ser entendido como um objetivo final do diálogo, mas como um processo através do qual decisões e projeções de decisões relativas à paisagem são elaboradas.

Trata-se não apenas de um exercício de representação de uma perspectiva individual da paisagem, mas também de uma articulação de anseios e de cenários futuros para a paisagem. A visualização da paisagem pode se basear, em um primeiro

momento, na perspectiva dos indivíduos ou das partes interessadas. Depois que as visões individuais da paisagem forem elaboradas, o LUD pode proporcionar oportunidades para a visualização coletiva. Ao compartilharem essas visões individuais, as partes interessadas podem começar a explorar oportunidades de sinergias, a definir compromissos e a analisar os fatores de consenso e divergência.

O êxito de um diálogo depende de muitos fatores, incluindo quem são os participantes e como eles estão envolvidos. A preparação e a agenda do diálogo visam promover os princípios do diálogo, entre os quais o de que o diálogo deve ser representativo, imparcial, responsável e confiável, transparente, internacionalmente informado e conduzido localmente. Depois que as lideranças do diálogo são estabelecidas durante a fase de engajamento, elas trabalham junto com o Secretariado do TFD para planejar e organizar o diálogo. A preparação para o diálogo exige diversas coisas. As ações que precisam ocorrer antes do diálogo são detalhadas no Anexo A. O Anexo B apresenta um cronograma detalhado de seis meses de preparação para o diálogo.

Membros do Diálogo Florestal Brasileiro se reúnem para discutir os avanços e os próximos passos. Foto cortesia do Diálogo Florestal Brasileiro



TÉCNICAS PARA PROMOVER UM ENTENDIMENTO COMUM

DOCUMENTO DE REFERÊNCIA

Alguns elementos específicos do processo visam promover um entendimento comum entre os participantes do diálogo, entre eles, um Documento de Referência disponibilizado a todos os participantes antes da reunião de diálogo, a combinação de discussões em grupos pequenos e maiores durante o diálogo, e a síntese constante de informações ao longo do diálogo. O Documento de Referência do LUD abrange os principais grupos de partes interessadas e os desafios e ocorrências identificados na paisagem. Esta informação também é resumida no início do diálogo.

MÚLTIPLOS FORMATOS DE DIÁLOGO

O LUD inclui uma série de plenárias de diálogo, grupos de discussão e visitas a campo. As sessões plenárias e os grupos de discussão se desenvolvem e se informam mutuamente. Os grupos de discussão, de 8 a 10 pessoas, possibilitam uma reflexão e um diálogo mais aprofundados sobre um tópico ou uma questão específica. Por sua vez, as plenárias são oportunidades de sintetizar as informações, apresentar os pontos e questões principais levantados pelos grupos de discussão, e tomar decisões coletivas.

TÉCNICAS DE MEDIAÇÃO

O entendimento comum pode ser alcançado ao permitir que indivíduos de diferentes grupos de partes interessadas falem sobre determinado assunto, ou por técnicas de mediação mais tradicionais como a contagem de votos. A síntese pode ser feita através da apresentação de resumos das sessões anteriores no início de cada encontro. No LUD, geralmente, isso é feito pelas co-lideranças do diálogo, que apresentam o relatório dos destaques do dia anterior e das principais questões ou pontos pendentes. Além disso, relatórios dos grupos de discussão são apresentados nas plenárias para que todos os participantes aprendam com os resultados das outras discussões.

APRENDIZAGEM VIVENCIAL

A aprendizagem vivencial é parte fundamental do processo de diálogo do LUD. Isso geralmente é feito através de visitas a campo, projetadas para ilustrar exemplos de desafios e ocorrências relacionados ao tópico do diálogo. As visitas permitem que os participantes do diálogo não apenas observem a paisagem, mas também conversem com as partes interessadas daquela paisagem. Isso possibilita que todos ganhem um entendimento das vivências associadas ao foco do diálogo. Assim, os participantes iniciam as discussões com um conjunto comum de exemplos a partir dos quais eles podem construir o seu entendimento. Um conjunto comum de exemplos ajuda a estabelecer um entendimento comum, abrangendo diferentes perspectivas e linguagens.

A aprendizagem vivencial contribui para a promoção dos princípios de neutralidade e confiança do diálogo. As visitas a campo, como parte do diálogo, possibilitam conversas informais e constituem uma oportunidade para os participantes romperem com as dinâmicas de poder estabelecidas que, de outra forma, podem ser difíceis de superar. Na experiência do TFD, muitos momentos importantes de avanço na resolução de conflitos e na geração de confiança ocorrem em momentos informais e na troca de experiências. Além disso, esses momentos abrem um espaço para a discussão de outros temas além da linha de fratura estabelecida para o diálogo, ou instituem colaborações que, em última instância, contribuem para resultados socioambientais positivos.

MÉTODOS DE VISUALIZAÇÃO

A visualização pode se basear em diversos métodos. O LUD do Alto Vale do Itajaí, no Brasil, conduziu um exercício de visualização no qual os participantes do diálogo foram solicitados a elaborar a sua visão da paisagem de forma escrita, antes de comparecerem ao diálogo. Isso foi feito para que os participantes tivessem em mente uma visão antes de ingressarem no espaço compartilhado de colaboração e negociação. Durante o diálogo, eles participaram de um exercício de mapeamento participativo envolvendo projeções futuras de diversas decisões relativas à gestão da paisagem. Este mapa foi, então, utilizado para identificar questões prioritárias na paisagem e a sua condição ideal.

A visualização da paisagem também é possível de forma estruturada, oral ou escrita, como as questões de aprendizagem sobre a paisagem utilizadas durante o LUD em Ihemi. Através das questões de aprendizagem, os indivíduos são convidados a refletir sobre sua paisagem e sobre como eles podem se envolver com ela utilizando uma abordagem de paisagem.

Participantes visitam uma fazenda de chá na Paisagem de Ihemi, durante uma visita a campo do LUD. Foto cortesia do TFD



Estudo de Caso 2: Aglomerado de Ihemi, Tanzânia



Em outubro de 2016, o segundo LUD foi lançado, desta vez na Paisagem de Ihemi, no sul da Tanzânia. Localizado na porção mais ao leste das montanhas do sul, o Aglomerado de Ihemi é uma das fortalezas agrícolas da Tanzânia. Ele é uma região importante para a produção florestal e para a produção agrícola. Na medida em que os investimentos agrícolas crescem na região, as conversas giram em torno de como gerar um crescimento econômico que, ao mesmo tempo, beneficie os povos locais e promova a sustentabilidade ambiental. A plataforma LUD, mediada pelo Corredor de Desenvolvimento Agrícola do Sul da Tanzânia (SAGCOT) com o apoio do programa SUSTAIN-Africa da IUCN, da IUCN e do TFD, foi lançada com o objetivo de apoiar um processo para os tomadores de decisão analisarem os planos e políticas relativos ao uso do solo, reunirem diferentes partes interessadas para investigar os desafios locais, e buscarem ações tangíveis para promover o uso sustentável do solo, a segurança alimentar e melhoria das condições de vida.

A primeira reunião do LUD em Ihemi, na Tanzânia, em 2016, contou com 47 participantes, representando o governo, a sociedade civil, o setor privado, os pequenos agricultores, e ONGs nacionais e internacionais. O diálogo serviu como um diálogo preliminar para mobilizar as partes interessadas, estabelecer o escopo das questões-chave e identificar outros grupos que precisavam ser envolvidos. O processo de Planejamento do Uso do Solo Rural, instituído pela Lei do Solo Rural Nº 5, de 1999, foi proposto por atores governamentais e diversas ONGs como uma solução estratégica para muitas das questões da paisagem enfrentadas por latifundiários e pequenos agricultores. Através do diálogo, os membros da comunidade e defensores da posse da terra identificaram obstáculos e receios no que tange a sua implementação.

Em 2017, o LUD do Ihemi se reuniu novamente, desta vez com o objetivo específico de compreender as práticas de investimento sustentáveis e inclusivas na região do SAGCOT, especialmente no que se refere às externalidades associadas à água, e promover aportes das partes interessadas nos processos governamentais, incluindo os Planos de Uso do Solo Rural e a criação de zonas de amortecimento nas margens de rios.

A Lei do Solo Rural Nº 5 visa assegurar a posse da terra de pequenos agricultores, delimitar áreas de conservação e identificar áreas para investimento através do Planejamento do Uso do Solo Rural (VLUP, na sigla em inglês). No entanto, o VLUP ainda não foi implementado na

maioria dos povoados da Tanzânia. Em função das tensões decorrentes, isso representa um desafio importante que o LUD em Ihemi deve buscar enfrentar. Além disso, nos locais onde os processos do VLUP já foram iniciados, os atores destacam o risco de conflitos e grilagem de terras. Assim, os participantes do LUD desejam compreender as dinâmicas que promovem a inclusão justa e equitativa das comunidades locais no crescimento agrícola da região.

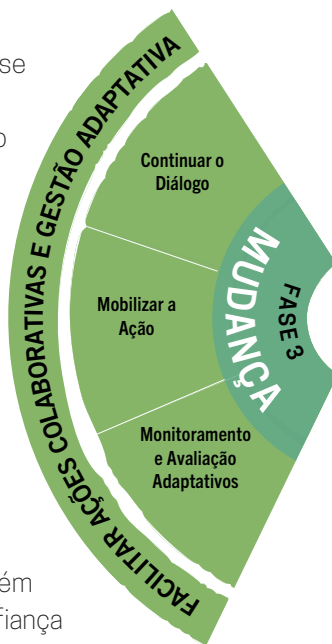
AÇÕES PROPOSTAS A PARTIR DOS LUDS

Ihemi (Tanzanie)

- Promover a inclusão.
- Desencadear Processos de Parceria Público-Privada.
- Focar no planejamento na escala da paisagem.
- Gerar sinergia com outros processos.
- Promover a Educação e a Conscientização da Comunidade, especialmente no que se refere ao planejamento do uso do solo.
- Desenvolver mapas e modelos para apoiar o planejamento do uso do solo e o compartilhamento de informações.
- Assegurar que o desenvolvimento alcance a população local.

FASE 3 : MUDANÇA

O objetivo da Fase da Mudança é promover a ação colaborativa e a gestão adaptativa da paisagem. O LUD visa não apenas gerar contribuições concretas a partir da reunião de diálogo propriamente dita, mas também fomentar a confiança e a colaboração. A partir dessas contribuições, o processo apoia e prevê o diálogo contínuo a respeito da tomada de decisões referentes ao uso do solo e de questões ambientais chave. Esses diálogos contínuos se baseiam nas demandas levantadas no primeiro diálogo da paisagem, bem como nos desafios novos ou renovados que se apresentam.



A mudança acontece através da mobilização em torno dos compromissos e colaborações construídos e consolidados através do diálogo para avançar da visão para a ação, promovendo estruturas que possibilitem o diálogo contínuo e adaptando as lições aprendidas no primeiro diálogo. Cada um desses passos é detalhado abaixo.

Promover a Ação Colaborativa e a Gestão Adaptativa

Uma das principais contribuições do processo LUD na paisagem de Kilombero, na Tanzânia, foi identificar a necessidade de diversos mini-diálogos sobre as questões ambientais centrais detectadas durante o diálogo. Esses encontros devem seguir oferecendo contribuições, aprendizados e avanços ao grupo mais amplo de partes interessadas. Em algumas paisagens, foi discutida a realização frequente desses mini-diálogos e de LUDs maiores, como uma instância ou plataforma do LUD para promover uma abordagem de paisagem adaptativa.

CONTINUAR O DIÁLOGO

Em diversos diálogos do LUD, as partes interessadas identificaram a necessidade de mini-diálogos complementares ou da criação de grupos ou fóruns de trabalho. Por exemplo, depois do LUD no Brasil, um grupo de trabalho foi criado para apurar as prioridades-chave e as ações necessárias. Mini-diálogos complementares geralmente requerem um número menor de participantes, para poder realmente focar nas questões e soluções mais importantes. Esses mini-diálogos lembram a estrutura de diálogo das mesas de debate, mas, ao invés de focarem em uma única parte interessada ou região, eles focam em questões ambientais chave como uma ação complementar específica do LUD.

MOBILIZAR A AÇÃO

O impacto do processo LUD depende de os atores presentes no diálogo levarem adiante as ações prioritárias definidas como resultado do diálogo. As ações podem incluir a defesa de políticas, a implementação de financiamento para a execução de prioridades, a organização de grupos de trabalho multissetoriais em torno de uma questão específica, ou a colaboração multissetorial em projetos conjuntos.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO ADAPTATIVOS

A capacidade do LUD de apoiar uma abordagem de paisagem inclusiva aos desafios ambientais e de promover mudanças positivas na paisagem depende do processo do LUD, da sua aderência aos princípios do LUD e da implementação dos resultados do diálogo. Neste sentido, o monitoramento e a avaliação do LUD (M&A) incluem o próprio processo do LUD, assim como os resultados do diálogo, e visam aperfeiçoar o processo do LUD. O M&A do LUD, endossado pelo secretariado do TFD, inclui diversas ferramentas que informam o aprendizado em diferentes escalas, desde o aperfeiçoamento de processos do LUD à comparação dos resultados em diferentes paisagens.



Reunião das partes interessadas na Paisagem Ecológica Mole, Gana. Foto cortesia da IUCN.

Os objetivos do M&A do LUD são:

- ➔ **Aprender e adaptar:** O M&A do LUD visa contribuir para a tomada de decisões adaptativa, permitindo que o processo e os resultados do LUD sejam sensíveis às demandas e prioridades das partes interessadas, ao longo tempo.
- ➔ **Avaliar a abordagem de paisagem:** O M&A permite que o LUD compare o seu processo e estrutura com os princípios que subjazem a abordagem de paisagem, contribuindo, assim, para o conhecimento global de boas práticas e para os estudos de caso da abordagem de paisagem posta em prática.
- ➔ **Comparação entre paisagens:** A adoção de uma estrutura de M&A comum permite que o TFD compare a eficiência dos diálogos e entenda como e por que eles diferem.
- ➔ **Responsabilidade:** O processo de M&A fornece ao TFD as ferramentas e o conhecimento para prestar contas de sua eficiência e de seus aprendizados, comprovar sua efetividade, compreender a conjuntura atual e adaptar-se a ela.

METODOLOGIA LUD DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- **PRINCÍPIOS DO DIÁLOGO IMPARCIAL ENTRE MÚLTIPLAS PARTES INTERESSADAS:**

PESQUISA DE AVALIAÇÃO DO LUD

O processo de diálogo é avaliado pela presença dos princípios de diálogo fundamentais a um diálogo justo e efetivo. Entre eles, os princípios de que o diálogo deve ser representativo, imparcial, responsável, confiável e transparente. As percepções das partes interessadas acerca da vigência desses princípios são levantadas através de um questionário final com perguntas que correspondem a cada uma delas.

Por exemplo, é particularmente importante perguntar aos participantes se o diálogo é representativo. A avaliação inclui uma pergunta sobre se há outras partes interessadas indispensáveis ao processo que não foram incluídas. A falta de representatividade também pode ser apontada durante o diálogo, e deve ser registrada e incluída no Relatório Síntese das Co-lideranças para orientar os próximos passos.

Em ambos os LUDs, no Brasil e na Tanzânia, os participantes identificaram partes interessadas-chave que não estavam presentes no diálogo inicial. Entre eles, o agronegócio e os povos indígenas, no Brasil, e os criadores de gado, na Tanzânia. Nas sessões seguintes do LUD, foi dada maior atenção à convocação, ao comparecimento e à participação ativa dessas partes interessadas.

- **ANÁLISE DA REDE DE PARTES INTERESSADAS:
PESQUISA E ANÁLISE DA REDE DE PARTES INTERESSADAS**

A estrutura do LUD é avaliada através de uma análise da rede de partes interessadas (SNA, na sigla em inglês). O objetivo do SNA é entender quais partes interessadas são fundamentais ou secundárias para o LUD, no que tange a sua conexão com outras organizações participantes. Os dados do SNA são coletados através de um questionário de pesquisa preenchido por cada organização. Cada organização identifica a natureza da sua relação com outras organizações do LUD, de acordo com as seguintes categorias: Nenhuma, Comunicação, Colaboração ou Parceria.

A análise dos dados é feita através de um software de SNA, como o Gephi. Ao inserir os dados, a participação no LUD pode ser visualizada e interpretada de diferentes maneiras. Por exemplo, categorizar e representar as organizações através da atribuição de cores aos diferentes grupos de partes interessadas permite ilustrar o equilíbrio da representação. O Gephi também pode executar análises estatísticas para calcular a importância de partes interessadas específicas, ou criar conjuntos de organizações que são mais próximas umas das outras.

- **IMPLEMENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO LUD:
MONITORAMENTO DE INDICADORES DE RESULTADO**

Através do diálogo, as partes interessadas estabelecem os resultados prioritários e definem os papéis e responsabilidades. O monitoramento e a avaliação dos resultados serão adaptados em função de qual o resultado desejado.

Estudo de Caso 3: Projetos de Estabilização do Uso do Solo (PLUS) em Paisagens da Tanzânia, Uganda, Gana e República Democrática do Congo

O processo de diálogo do Projeto de Estabilização do Uso do Solo (PLUS, na sigla em inglês), incluindo o LUD, foi concebido para fortalecer a governança local e promover abordagens de paisagem aos desafios ambientais. Os processos LUD ocorreram na Paisagem de Wassa Amenfi e na Paisagem Ecológica de Mole, em Gana, na Paisagem de Kilombero, na Tanzânia, na Paisagem de Agoro-Agu, em Uganda, e na Paisagem de Mangai, na República Democrática do Congo. Cada LUD reuniu membros da paisagem representando os distritos locais, agricultores, criadores de gado, gestores de áreas de proteção, organizações de conservação, representantes do governo e partes interessadas do setor privado. Para uma lista dos participantes, ver Tabela 2.

Os LUDs abordaram desafios como a gestão florestal e da vida selvagem, a gestão dos recursos hídricos, gênero, atividades de uso do solo conflitantes

e ilegais, produção agrícola de grande e pequena escala, e desenvolvimento econômico local. Durante os diálogos, os participantes estabeleceram uma visão comum para o futuro das paisagens. Alguns foram além e adotaram critérios de diferenciação como as trajetórias de uso do solo ou as perspectivas dos grupos de partes interessadas. Os participantes também identificaram as ações prioritárias aplicáveis, no curto e no longo prazos, necessárias à conciliação de diferentes usos do solo, prioridades e relações entre os diferentes atores da paisagem. As ações propostas devem ser integradas aos projetos, aos marcos institucionais e aos fóruns de múltiplas partes interessadas já existentes. Uma breve descrição de cada paisagem será apresentada a seguir, ao passo que sínteses e análises mais aprofundadas dos resultados de cada paisagem serão disponibilizadas em publicações da IUCN.



Participantes do LUD na RDC se reúnem em plenária. Foto cortesia da IUCN

O primeiro LUD vinculado ao projeto PLUS ocorreu em dezembro de 2018, na **Paisagem de Wassa Amenfi, no sul de Gana**. As florestas da região, que incluem uma Área de Biodiversidade de Relevância Global, correm o risco de degradação em função da produção de cacau e da mineração ilegal. Iniciativas como o REDD+ e as Áreas de Manejo Comunitário de Recursos. (CREMAs, na sigla em inglês) oferecem soluções que podem tanto beneficiar as comunidades locais como estabilizar o ambiente no entorno.



Contudo, sistemas complexos de posse de árvores e da terra, assim como a ameaça de conversão de florestas para a mineração, colocam desafios adicionais. Uma abordagem de paisagem está em curso na região, com o objetivo de diversificar a renda da comunidade local, aclarar os sistemas de posse da terra, e impedir a continuidade da conversão de terras por parte de latifundiários locais e do governo.

O segundo LUD em Gana foi realizado na **Paisagem Ecológica de Mole (MEL)**, em maio de 2019. A MEL inclui a maior área de proteção de Gana (o Parque Nacional

de Mole) e abrange três regiões administrativas de Gana – as Regiões de Savana, Alto Ocidental e Nordeste – abrigando uma flora e fauna diversas, em que predominam as árvores de Carité (*Vitellaria paradoxa*). Embora, anteriormente, os desafios da paisagem se resumissem, em grade medida, a práticas agrícolas insustentáveis, a expansão das rodovias em 2012 facilitou o aumento sem precedentes da poda ilegal de árvores (especialmente o Pau-Rosa, *Pterocarpus erinaceous*) para a produção de madeira e carvão. As iniciativas promovidas nas Áreas de Manejo Comunitário de Recursos, no entorno do Parque Nacional, focam nas cadeias de produção sustentável de manteiga de carité, no ecoturismo e no combate ao desmatamento ilegal. Usos do solo conflitantes continuam a ameaçar a paisagem e os modos de vida que dependem de seus recursos.

A **paisagem de Kilombero, na Tanzânia**, inclui uma zona úmida, na convenção de Ramsar, e um corredor de elefantes vital, conectando o Parque Nacional de Udzungwa, a nordeste, à Reserva de Caça Selous, ao sul. No entanto, atualmente,



mais da metade da superfície da terra é área cultivada, com demandas crescentes de uso do solo por parte de investidores agrícolas, pequenos agricultores e criadores de gado, entre outros, colocando em risco a paisagem.

O LUD se apoia nas plataformas e nos processos já existentes de tomada de decisões relativas à paisagem, incluindo os esforços da Comissão Nacional de Planejamento do Uso do Solo da Tanzânia, a African Wildlife Foundation, o Gabinete de Água da Bacia de Rufiji e a IUCN.



A Paisagem de Agoro-Agu, no norte de Uganda, inclui 17 Reservas Florestais Centrais, sete das quais estão classificadas como áreas críticas de conservação da biodiversidade. Apesar de reconhecidas as relações entre essas reservas, as florestas de gestão comunitária, as zonas de amortecimento de floresta e as terras agrícolas do entorno, a gestão atual das reservas é realizada de maneira isolada. Além disso, com 91% da população local altamente dependente da terra e dos recursos da floresta para sua subsistência,

a gestão precisa responder tanto às necessidades da biodiversidade como dos modos de vida. As partes interessadas locais desejam a implementação de uma abordagem de paisagem, para que as áreas protegidas se tornem um marco para a gestão dos recursos naturais, promovam modos de vida sustentáveis nas comunidades locais, e constituam a base para a revitalização de atividades econômicas baseadas na natureza, como o ecoturismo e a exploração florestal sustentável.

O foco do LUD na República Democrática do Congo é a paisagem de Mangai, localizada na zona de mosaico de floresta-savana do Congo meridional. A paisagem inclui a Reserva de Caça de Gungu e a Reserva de Hipopótamos, que estão sob a gestão do Instituto Congolês para a Conservação da Natureza (ICCN, na sigla em inglês) e foram criadas para facilitar a gestão sustentável da fauna e da flora, promover o desenvolvimento local e proteger diversas espécies, como hipopótamos, primatas protegidos, pangolins e búfalos, entre outros. No entanto, há muitos desafios na paisagem, o que tem feito com que





Discussão em pequenos grupos durante LUD em Mangai, RDC. Foto cortesia da IUCN

esses animais sejam cada vez mais raros nos seus habitats naturais, e que leões, leopardos e elefantes tenham desaparecido da área de proteção. As demandas da população local sobre o uso do solo e dos recursos, no interior e no entorno da reserva, pressionam o habitat natural. Outros desafios incluem a ausência de ferramentas de gestão (p.ex., mapas e planos de manejo), ausência de informação acerca dos limites da área protegida, capacidade limitada de gestão por parte da ICCN e de outros departamentos estatais, conflitos internos e ausência de coordenação entre os diversos serviços, e o envolvimento inadequado das populações locais.

AÇÕES PROPOSTAS A PARTIR DOS LUDS

Paisagem Ecológica de Mole, Gana

- Promover uma abordagem integrada e participativa para:
 - Reduzir o desmatamento;
 - Minimizar os conflitos;
 - Fomentar a sustentabilidade das cadeias de valor da produção de manteiga de carité;
 - Conciliar as diferentes percepções e interesses relativos à governança dos recursos naturais;
 - Aumentar a produtividade do solo na região para promover modos de vida sustentáveis e a produção ecológica.
- Reconhecer o papel de atores do setor privado no apoio às cadeias produtivas baseadas na natureza.
- Fomentar a representação inclusiva e a participação ativa de todos os gêneros.
- Explorar e diversificar as estratégias de subsistência no nível local.
- Priorizar a observância das leis, especialmente aquelas relativas à extração e à procura de Pau-Rosa.

AÇÕES PROPOSTAS A PARTIR DOS LUDS (CONTINUAÇÃO)

Kilombero, Tanzânia

- Sintetizar e divulgar informações dentro e fora da plataforma de múltiplas partes interessadas para ilustrar suas preocupações e prioridades.
- Priorizar as ações para abordar as 21 questões-chave identificadas, a serem tocadas pelas partes responsáveis.
- Buscar a adesão / apoio político do Primeiro Ministro e dos ministérios para promover a apropriação política por parte do governo.
- Organizar mini-diálogos sobre as questões-chave identificadas no LUD como instrumentos de implementação do LUD.
 - Mini-diálogo sobre produtividade agrícola
 - Mini-diálogo sobre a pecuária na paisagem
 - Mini-diálogo sobre a conectividade entre habitats de vida selvagem
 - Mini-diálogo sobre a quantidade e a qualidade da água
 - Mini-diálogo sobre a exploração florestal
 - Mini-diálogo sobre a implementação de planos de uso do solo

Mangai, RDC

- Criar estratégias em torno de nove tópicos para a conservação e o uso sustentável da paisagem de Mangai, incluindo:
 - Promover a formação técnica em agroflorestas e projetos de reflorestamento.
 - Criar um Grupo de Trabalho sobre Governança e promover parcerias multissetoriais para tratar dos métodos agrícolas, da degradação do solo e da erosão da margem dos rios.
 - Promover a conscientização da comunidade a respeito da posse da terra, dos limites da área de conservação e restrições de uso, das mudanças climáticas, da conservação e da gestão sustentável dos recursos naturais.
 - Apoiar pesquisas sobre a regeneração de espécies de plantas nativas.
 - Promover uma abordagem integrada e participativa na Metodologia de Avaliação de Oportunidades de Restauração das Paisagens Florestais (ROAM).
 - Incentivar a propriedade comunitária inclusiva e a participação ativa de todas as partes interessadas no uso dos recursos naturais.
 - Sistematizar e divulgar informações dentro e fora da plataforma de múltiplas partes interessadas para ilustrar suas preocupações e prioridades.
 - O próximo passo é promover mini-diálogos setoriais sobre as questões-chave identificadas no LUD.

Wassa Amenfi, Gana

- Incentivar o apoio do setor privado às paisagens sustentáveis.
- Diversificar e promover modos de vida sustentáveis nas comunidades.
- Preservar os recursos naturais em uma paisagem multifuncional.
- Reivindicar e restaurar áreas degradadas.
- Fiscalizar a observância e o cumprimento das leis.

CAPÍTULO TRÊS

LIÇÕES APRENDIDAS



Visita a campo do LUD no Brasil.
Foto cortesia do Diálogo Florestal Brasileiro

Muitas lições surgiram a partir da definição de escopo e da realização de processos de Diálogo do Uso do Solo em paisagens no mundo todo.

As lições aprendidas incluem a sugestão de boas práticas para o engajamento de diversas partes interessadas, estratégias para garantir o êxito e a sustentabilidade do processo, e desafios que requerem mais deliberação em diálogos futuros.

Os aprendizados do LUD são apresentados em função de onde eles se encaixam na Teoria da Mudança., detalhada na Seção Três - O Processo LUD Em seguida, uma seção complementar trata especificamente da motivação de diversas partes interessadas ao se engajarem em uma abordagem de paisagem.

LIÇÕES APRENDIDAS

Nesta seção, apresentamos as lições para a facilitação do diálogo na promoção de abordagens de paisagem aos problemas ambientais, com base na Teoria da Mudança LUD, Engajamento-Exploração-Mudança. As lições se baseiam em desafios e reflexões complementares provenientes da promoção de processos LUD em diferentes contextos de paisagem.

Esta seção inclui as reflexões de parceiros na implementação do LUD, de participantes do diálogo e de membros do Conselho Diretor do TFD. Ela também se baseia nas experiências comparadas do Secretariado do TFD e da comunidade de prática do LUD, ao apoiarem e participarem de diversos processos LUD.

ENGAJAMENTO

REUNIR AS PESSOAS CERTAS NO LUGAR CERTO

Um passo fundamental do processo LUD é identificar atores-chave na paisagem que influenciam a tomada de decisões relativas ao uso do solo no que tange à questão específica ou ao ponto de partida do diálogo. A capacidade de concretizar a visão da paisagem desenvolvida através do processo LUD depende do envolvimento de tomadores de decisão estratégicos. Também é importante identificar e mobilizar aqueles atores que são constrangidos ou beneficiados por essas decisões, e para os quais podem haver, potencialmente, impactos negativos. Esses atores devem ter a oportunidade de influir e de reagir às decisões que terão impacto sobre eles.

Reunir as pessoas certas pode significar mais do que apenas identificar corretamente os grupos ou organizações envolvidos. Em última instância, isso depende da liderança individual e da capacidade de conduzir o processo. Em algumas paisagens do LUD, a reunião do LUD ofereceu uma oportunidade para os atores se reconhecerem, gerarem confiança e acordarem uma nova reunião, em outra data, para tratar de alguma questão ou avançar na implementação de alguma ação prevista na visão da paisagem. Desta forma, o processo LUD serve como um catalisador para suscitar a mudança e, idealmente, como um mecanismo de responsabilização dos atores.

Na paisagem de Ihemi, na Tanzânia, havia uma questão pendente relativa ao acesso e ao uso da água, envolvendo uma grande propriedade do agronegócio e as comunidades do entorno. A questão perdurou por muitos anos, apesar do envolvimento do governo e de organizações da sociedade civil em tentativas de promover uma conciliação.

PROMOVER A TOMADA DE DECISÕES INCLUSIVA É UM PROCESSO CONTÍNUO

Um dos princípios fundamentais que apoiam diálogos da paisagem bem sucedidos é o de que o processo seja representativo, isto é, que todas as partes interessadas estejam presentes e possam participar. O que isso implica, na prática, requer a concepção de um processo que promova a tomada de decisões inclusiva, ao mesmo tempo em que garanta que o diálogo avance para além da fase de compartilhamento de informações. Os LUDs requerem esforços redobrados para assegurar que o diálogo seja representativo, porém cujo escopo não seja tão amplo que exija um número maior de participantes do que é viável em um diálogo. Este é um elemento importante ao definir a escala da paisagem e o escopo do diálogo.

Além disso, alguns atores podem demandar ponderações adicionais de modo a assegurar a sua participação plena. Por exemplo, a população local, em particular as comunidades indígenas, podem ter métodos próprios para escolha de representantes e para a tomada de decisões internas. Cada mecanismo de

representação terá sua dinâmica própria, que o LUD deve levar em consideração e se adaptar a ela de modo a garantir a representação adequada e responsável. Para incentivar, de fato, a participação na tomada de decisões, o processo LUD deve ser visto como um mecanismo legítimo de indução de mudanças por todos os atores, inclusive aqueles que, tradicionalmente, não são envolvidos. A inclusividade não é simplesmente o item de uma lista que podemos riscar depois de cumpri-la. Pelo contrário, trata-se algo que deve ser assegurado, certificando-se que os representantes prestem contas a quem eles representam. Um processo de diálogo pode ser adaptado para preencher lacunas ou mudanças na representação. Por exemplo, o LUD inclui um processo de coleta de críticas e opiniões dos participantes para identificar possíveis lacunas na representação e, assim, tomar outras providências para garantir que essas partes interessadas participem da próxima reunião.

Um desafio importante do processo LUD na paisagem de Ihemi foi garantir que todas as partes interessadas relevantes tivessem a chance de expressar sua opinião e, ao mesmo tempo, avançar o diálogo para além do compartilhamento de informações para abordar as questões subjacentes e possíveis soluções. No esforço de aprendizagem entre os processos LUD e de inclusão de atores anteriormente excluídos, como os criadores de gado e outros departamentos governamentais, o segundo LUD contou com 83 participantes. Embora

o processo tenha sido capaz de gerar ímpeto, de estimular o aprendizado e de promover coalizões, devido ao grande número de participantes, muitas das conversas e decisões tiveram que ser tomadas depois da reunião do LUD. Apesar do grande número de participantes, a falta de envolvimento do setor privado no processo restringiu drasticamente o objetivo de fomentar parcerias público-privadas. Apesar dos desafios, a principal conquista do LUD na paisagem de lhemi foi dar o pontapé inicial em um processo de conciliação das questões da paisagem, ajudando a identificar as questões graves colocadas pelas comunidades e pelas partes interessadas atuantes no local.

CONSIDERAR AS NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES DE DIÁLOGO

Para que o processo de diálogo seja verdadeiramente inclusivo, ele deve não apenas abrir espaço para que diferentes partes interessadas participem do diálogo, mas também permitir que os atores compartilhem suas perspectivas, negociem suas prioridades e co-criem soluções. Alguns participantes do diálogo estão mais preparados para isso, em função da sua familiaridade com abordagens de paisagem, clareza da visão institucional da paisagem e teorias de mudança, ou de experiências anteriores em contextos de diálogo.

Algumas partes interessadas podem exigir preparação, capacitação ou reuniões adicionais ou prévias para poderem se engajar, exitosa e plenamente, no processo LUD. Especialmente no que se refere à representação das comunidades

no diálogo, são necessários cuidados extras para garantir que a pessoa presente tenha legitimidade em sua comunidade para representá-la, que a comunidade esteja ciente do que ela pode ou não ser capaz de alcançar ao participar da reunião, e que ela esteja capacitada para relatar à comunidade o que aprendeu.

ESTRATÉGIAS PARA ENGAJAR OS GRUPOS MARGINALIZADOS

Promover o reconhecimento dos direitos de grupos marginalizados, como comunidades e povos indígenas, é fundamental para o engajamento desses grupos. Além disso, como envolver esses grupos marginalizados para garantir a sua participação e representação efetivas requer atenção adicional. Muitas vezes, é particularmente difícil acessar os grupos marginalizados, como criadores de gado ou povos indígenas. Há muitas razões pelas quais esses grupos são frequentemente sub-representados.

Da exclusão sistemática ao desconforto em participar de tais contextos, pode ser que os grupos marginalizados sintam que eles ou seus meios de subsistência possam ser prejudicados pela visibilidade da participação no diálogo ou pela negociação de sua posição.

Com frequência, os indivíduos de uma comunidade serão representados por alguma organização, como uma cooperativa de pequenos agricultores.

As organizações representantes podem ter mais experiência em contextos de diálogo e, portanto, estarem mais preparadas para trabalhar em prol de mudanças que beneficiem as pessoas que elas

representam. Dada a diversidade natural de perspectivas, a representação plena de quem elas buscam representar será sempre um desafio para essas organizações. Ao se engajarem por meio de sistemas de representação, o processo LUD será inclusivo apenas na medida em que os sistemas de representação forem adequados e responsáveis. Quando um representante tem responsabilidade para com seus representados, ele se esforça para compreender seus pontos de vista antes do LUD e, depois, reporta a eles o que foi decidido e se certifica da sua compreensão.

Aqueles que planejam o LUD devem levar em consideração como o processo de diálogo pode promover uma representação adequada e responsável. Embora cada

contexto cultural apresente desafios particulares à representação, geralmente, recomenda-se identificar representantes eleitos democraticamente, quando disponíveis.

DESEQUILÍBRIOS DE PODER

Na medida em que o LUD visa abrir caminhos para influenciar a tomada de decisões e gerar confiança entre diversos atores, é fundamental que os organizadores levem em consideração as dinâmicas de poder na paisagem, e a quem o processo LUD satisfaz ou não.

Atualmente, o processo LUD mapeia quem está incluído ou excluído dos processos de tomada de decisão vigentes. Os líderes e participantes do LUD podem compreender

Membros do Diálogo Florestal Brasileiro durante uma oficina sobre o LUD no Brasil.

Foto cortesia do Diálogo Florestal Brasileiro



melhor a relação entre o processo LUD e as dinâmicas de poder através do mapeamento sistemático das relações de poder, e de como elas são influenciadas pelas decisões relativas à gestão da paisagem. Esse mapeamento pode ser categorizado por gênero e classe, e incluir fatores como riqueza, nível de acesso a recursos, carência de terra e relações de trabalho. Essas informações podem ser compartilhadas no documento de referência e contribuir para as discussões e decisões tomadas durante o diálogo. Uma consideração importante é se o processo LUD incita maior controle por parte de algum setor ou se legitima estruturas de poder que tenham um impacto negativo em atores menos poderosos e/ou no meio ambiente.

O LUD visa proporcionar às partes interessadas da paisagem a oportunidade de influir nas decisões tomadas durante o LUD. Os participantes poderão refletir sobre o êxito do LUD em alcançar este objetivo na pesquisa de avaliação do LUD. As respostas a esta pergunta podem ser utilizadas para melhorar a sensibilidade da plataforma às prioridades das partes interessadas. Embora o poder final de reformular políticas relativas à paisagem, elaborar diretrizes para a implementação de políticas ou lançar um programa de conservação da biodiversidade permaneça nas mãos de partes interessadas específicas, o processo de diálogo deve fornecer a esses tomadores de decisão um conjunto de recomendações que reflita as prioridades dos participantes de LUD.

Foto à esquerda: Membros do Diálogo Florestal Brasileiro durante uma oficina sobre o LUD no Brasil. Foto cortesia do Diálogo Florestal Brasileiro

EXPLORAÇÃO

ALINHAR O PROCESSO LUD COM OUTROS PROCESSOS DE GOVERNANÇA DA PAISAGEM

Um aspecto importante é como alinhar melhor o processo LUD para que haja sinergia com outras atividades na paisagem. O processo LUD é uma ferramenta para apoiar a tomada de decisões inclusiva na paisagem e, neste sentido, o formato do processo deve ser claro a respeito de como ele pode apoiar e se conectar a outros processos da paisagem. Isso pode incluir a sincronização do LUD com a preparação para a tomada de decisões em nível nacional ou regional; realizar o LUD em um período menos agitado para os pequenos agricultores, de modo a garantir sua participação; ou alinhar o LUD com o lançamento de alguma iniciativa proposta por partes interessadas estratégicas.

DESAFIOS DO FOCO NA REFORMULAÇÃO DE POLÍTICAS

Engajar-se em algum processo político em curso é um dos resultados ou estratégias mais efetivos do diálogo. No entanto, embora o foco nas políticas de uso do solo possibilite que o diálogo seja focado e orientado para a ação, ele também apresenta desafios. O foco na política pode fazer com que a discussão se concentre na sobreposição ou na falta de sinergia entre as políticas de diferentes setores. Esses problemas tendem a ser conhecidos, mas são difíceis de mudar e exigem muita vontade política. Além disso, ao focar excessivamente nas políticas, as discussões correm o risco de promover soluções de cima para baixo (top-down) e de ignorar aquelas sugeridas pelos atores da paisagem.

Os organizadores devem considerar o quanto focar nos desafios relacionados às políticas, sem se focarem demais em desafios cuja solução não envolve nenhuma estratégia local.

O LUD do Alto Vale do Itajaí, no Brasil, foi bem-sucedido ao focar na implementação de políticas de uso do solo como um ponto de partida para discutir as decisões relativas à paisagem. O foco do LUD no Brasil foi o Código Florestal Brasileiro e as políticas associadas, destinadas a apoiar a meta de garantir que todo pequeno agricultor tenha, em sua propriedade (incluindo nascentes e zonas ribeirinhas), 20% de cobertura florestal. Isso fornece uma estrutura regulatória sólida, que apoia o objetivo do LUD de promover a tomada de decisões no nível da paisagem.

Por outro lado, o LUD da paisagem de Ithemi, na Tanzânia, adotou como ponto de partida a implementação da política de planejamento do uso do solo, com resultados variáveis. O processo de Planejamento do Uso do Solo Rural, atualmente em andamento no país, busca garantir a posse de pequenos proprietários, designar áreas de conservação e identificar áreas de investimento. No entanto, o VLUP ainda não foi implementado na maioria dos povoados da Tanzânia.

Além disso, onde os processos foram iniciados, identificou-se o risco

de conflitos e grilagem de terras. O segundo LUD em Ithemi focou especificamente nos desafios do VLUP, mas não foi capaz de identificar um caminho claro em meio às diversas perspectivas conflitantes. Apesar dos desafios, a principal conquista do LUD na paisagem de Ithemi foi dar o pontapé inicial em um processo de conciliação das questões da paisagem, ajudando a identificar as questões graves colocadas pelas comunidades e pelas partes interessadas atuantes no local.

ELABORAR UM PROCESSO QUE ATENDA A MÚLTIPLAS ESCALAS DA TOMADA DE DECISÕES

O enfrentamento das principais questões ambientais pode demandar o apoio a decisões de indivíduos no que tange ao uso sustentável do solo, e a reformulação das políticas e diretrizes federais e regionais de planejamento do uso do solo. O LUD pode ser utilizado para promover uma abordagem de paisagem que opera em múltiplas escalas.

Na RDC, o LUD promoveu um processo de diálogo na paisagem de Mangai que, na época, dispunha de poucas informações iniciais sobre o uso do solo e os desafios da paisagem, e nenhuma experiência anterior de fórum ou processo de tomada de decisões de múltiplas partes interessadas. O processo incluiu um processo ROAM (Metodologia de Avaliação de Oportunidades de Restauração da Paisagens Florestais) que mobilizou as partes interessadas para identificar as demandas e alternativas de restauração, e uma reunião de

definição de escopo em nível nacional para compartilhar o conhecimento e os planos disponíveis sobre Mangai. Por sua vez, a paisagem de Kilombero, na Tanzânia, já foi amplamente estudada e constitui um dos focos principais da Comissão Nacional de Planejamento do Uso do Solo no país. Desta forma, o diálogo foi estrategicamente pensado para se apoiar no dinamismo existente, até que uma Plataforma de Múltiplas Partes Interessadas (MSP, na sigla em inglês) voltada para a paisagem fosse desenvolvida. Somente depois que os atores implementadores instituíram a plataforma de partes interessadas representativas, o LUD foi capaz de se concentrar no fortalecimento da colaboração entre múltiplas partes interessadas, em estimular a adesão e avançar nas ações e compromissos relativos ao conhecimento e aos resultados de pesquisas disponíveis.

DEFINIR OS LIMITES DO PROCESSO

O processo LUD deve ser flexível e adaptado para atender às necessidades do contexto da paisagem. Porém, essa flexibilidade tem suas limitações. As lideranças do LUD devem levar em consideração os objetivos específicos do diálogo e se apoiar nos aprendizados para assegurar que os objetivos são factíveis.

As diversas maneiras em que o processo e os princípios do LUD foram utilizados e adaptados, em diferentes paisagens do projeto LUD, comprova a natureza flexível do processo LUD. Diferenças relativas ao conhecimento disponível sobre a paisagem, a sociedade civil e a ação governamental, e a quão avançados

os diversos atores estão na colaboração entre setores, resultaram em pautas e processos distintos de diálogo.

O primeiro LUD no Brasil, no Alto Vale do Itajaí, visitou propriedades locais para discutir decisões relativas ao uso sustentável do solo, bem como políticas e serviços adequados. O segundo diálogo foi ampliado para abarcar o nível da paisagem, buscando estabelecer uma visão comum e identificar áreas e temas prioritários. De modo semelhante, o segundo diálogo do LUD na Tanzânia enfocou as políticas de uso do solo no nível das comunidades ou propriedades agrícolas industriais. Uma prioridade-chave identificada pelos participantes foi a necessidade de manter uma visão de como os planos individuais de uso do solo, de empresas ou comunidades, atravessam as propriedades de terra e exercem influência, uns sobre os outros, na paisagem mais ampla.

TORNAR CLAROS OS OBJETIVOS E A ESTRUTURA DO DIÁLOGO PARA AS PARTES INTERESSADAS DA PAISAGEM

Um princípio central do diálogo inclusivo é que o objetivo final não é predeterminado, mas definido pelas partes interessadas envolvidas através de um processo de visualização e de ponderação de compromissos.

O diálogo LUD pode servir como um elemento central neste processo. Na prática, deve-se buscar um equilíbrio entre manter os objetivos em aberto, mas, ainda assim, obter resultados práticos da reunião. Isso é possível com

a adoção uma estrutura de diálogo clara, que permita às partes interessadas identificar objetivos e reportá-los ao grupo. Neste sentido, o processo é adaptativo para que, à medida que os objetivos e prioridades sejam testados, eles possam ser apurados e redefinidos.

Além de um processo claro, as oportunidades e os métodos de intervenção também devem explicitados para que todas as partes interessadas saibam como influir na direção do processo LUD e como fazê-lo avançar. Pode ser útil estabelecer um método de intervir no diálogo que seja visível, mas que não seja inconveniente, como as pessoas levantarem seus crachás ou escreverem seus nomes em um quadro branco. Isso pode ajudar a evitar que alguém interrompa outras pessoas, ou que seja impedido de contribuir em função da mediação.

Geralmente, o TFD organiza as intervenções utilizando um método de “erguer as placas de identificação”, ao invés de “levantar as mãos”. Todos os participantes têm, à sua frente, uma placa com seu nome na mesa. Esta placa é utilizada para assinalar quando eles querem fazer uma pergunta (colocada na vertical) ou alguma intervenção imediata (suspensa no ar). Uma intervenção imediata pode ser fazer alguma pergunta de esclarecimento, ou dar uma resposta direta à afirmação precedente. O mediador é responsável pela organização de uma fila que obedeça à ordem das intervenções. O método de erguer uma placa de identificação pode ser viável ou não, dependendo contexto do diálogo e da cultura local.

MUDANÇA

GERAR RESULTADOS PRÁTICOS

Para que o processo LUD promova mudanças significativas, é importante que o diálogo foque em resultados práticos e realistas. Para que o diálogo possa estabelecer resultados práticos, as discussões devem avançar para além do compartilhamento de informações e investigar as causas subjacentes das questões atuais. Isso é particularmente importante no caso de questões relacionadas a dinâmicas desiguais de poder ou à alocação de direitos sobre a terra e os recursos. Essas questões podem ser naturalizadas e não serem discutidas caso o processo de diálogo se concentre naquilo que os atores no poder precisam fazer, sem incluir uma estrutura para questionar como aqueles atualmente marginalizados poderiam guiar e influir na tomada de decisões. Os grupos podem ser prejudicados pelo processo caso as expectativas sejam muito altas ou o processo foque nos desafios, mas não gere soluções e planos factíveis. Ao elaborar a agenda, promover o engajamento das partes interessadas e ao longo do processo de diálogo, as lideranças devem considerar como as recomendações dos participantes podem ser viáveis e aplicáveis no contexto local e em coordenação com todos os níveis de governança. Isso pode ser feito através de exemplos concretos e práticos de ações que poderiam ser tomadas, e da incorporação de lições aprendidas em reuniões, diálogos ou processos anteriores que ocorreram na paisagem.

As lideranças do LUD na RDC identificaram três facilitadores do sucesso: um grupo de trabalho inclusivo e participativo, consultas regulares às partes interessadas, e a participação e apropriação do processo LUD pelas autoridades locais.

INCENTIVAR APOIADORES DO PROCESSO E UMA CULTURA DE DIÁLOGO

Um dos principais resultados do processo LUD é promover uma cultura de diálogo entre diferentes setores e interesses conflitantes. Isso é possibilitado pela atuação de um grupo-chave de lideranças da paisagem no apoio às ações prioritárias identificadas e ao fluxo contínuo de informações para além dos diálogos e das reuniões dos grupos de trabalho. Idealmente, esse grupo-chave representa diversos setores e interesses diferentes, e está comprometido com a neutralidade e a legitimidade do processo LUD.

A organização sem fins lucrativos que conduz o processo LUD na RDC, a OCEAN, reconhece que o processo LUD permitiu, pela primeira vez, que partes com interesses diferentes se reunissem para traçar o esboço de uma visão comum para a próxima década. Para eles, isso não deve ser subestimado na medida em que tem o potencial de despertar o interesse perdido e restabelecer a esperança na conservação e na proteção da natureza no país.

Em outro exemplo, vemos como a liderança e uma cultura de diálogo se uniram no LUD brasileiro, onde há uma ONG (a Apremavi) que considera o trabalho do LUD fundamental para sua

própria missão. Além disso, foi instituído um Grupo de Trabalho, formado por pessoas de diversas organizações da região, que coordena a continuidade das atividades e planeja as próximas etapas. O trabalho do LUD no Brasil também é fortalecido pela presença de uma sociedade civil ativa, engajada e bem informada, com instituições capacitadas para debater entre si e com outros setores. Essa cultura de diálogo se reflete no amplo trabalho desenvolvido pelo Diálogo Florestal Brasileiro entre as partes interessadas da região.

O próprio processo LUD deve se empenhar para promover uma cultura, que ultrapasse o processo LUD, de reunir as pessoas certas em diálogo para solucionar algum problema.

ESTABELECE E APOIAR VIAS DE COMUNICAÇÃO INCLUSIVAS

Uma prioridade identificada no primeiro LUD na paisagem de Ilemi, na Tanzânia, foi a necessidade de um mecanismo para o compartilhamento de informações. Os participantes declararam falta de clareza sobre quem está fazendo o quê na paisagem. Isso induz ao desperdício de recursos, quando os atores não se aproveitam de sinergias para alcançar objetivos comuns. Isso também pode gerar conflitos, quando as partes interessadas percebem uma falta de comunicação ou de clareza nas decisões e atividades que os afetam. Os próprios diálogos LUD podem servir como um desses mecanismos, mas diversos outros formatos também podem ser explorados e instituídos.

PROMOVER UMA COMUNIDADE DE PRÁTICA

Um resultado importante dos LUDs associados ao projeto PLUS foi a criação de uma comunidade de prática global do Diálogo do Uso Solo. Esta comunidade de prática é composta por lideranças e parceiros estratégicos na implementação dos processos LUD nas diversas paisagens do PLUS e em Santa Catarina, no Brasil. Esses indivíduos estiveram presentes em processos LUD de outras localidades para compartilhar os aprendizados de seu próprio processo e contexto particular.

MOTIVAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO EM DIFERENTES SETORES

Um aprendizado fundamental identificado no processo LUD é a importância de envolver as pessoas certas, especialmente aquelas que darão continuidade ao processo e seguimento às ações identificadas através do diálogo. Indivíduos e organizações centrais podem não se envolver imediatamente no grupo consultivo por diversas razões. Esses atores podem se envolver de forma adaptativa, à medida que os participantes presentes articulem a importância do seu envolvimento e outras medidas sejam tomadas para envolvê-los no processo.

As partes interessadas envolvidas em um processo LUD variam de acordo

com o contexto local e podem incluir representantes de comunidades, governos, empresas e da sociedade civil, bem como proprietários e gestores de terras. Ao elaborar um processo de múltiplas partes interessadas, cabe reconhecer os possíveis papéis e motivações dos grupos de partes interessadas, bem como dos indivíduos participantes. A próxima seção compartilha os aprendizados sobre as motivações da participação por setor, com base na experiência dos LUDs e na literatura sobre a abordagem de paisagem. Os participantes específicos dos processos LUD em cada paisagem são detalhados na Tabela 2.

Setor privado: exploração florestal, agricultura, extrativismo, produtos químicos e indústria do turismo

A literatura sobre a abordagem de paisagem analisa o envolvimento de atores privados, incluindo os setores da exploração florestal, agricultura, extrativismo, produtos químicos e turismo.³ De acordo com a literatura, embora as motivações variem entre os setores, muitas empresas são motivadas por uma dependência de recursos naturais que demanda a gestão colaborativa, pelo reconhecimento de que os riscos ambientais podem afetar as atividades, e pelas expectativas do consumidor no que se refere à transparência da cadeia produtiva e à redução dos custos sociais e ambientais.⁴

3 Para mais informações sobre o envolvimento do setor privado em abordagens de paisagem, ver: Proforest. 2019. *Engaging with landscape initiatives: A practical guide for supply chain companies*. Proforest InfoNote 03. ; Scherr, S.J. et al.. 2017. *Business for Sustainable Landscapes: an action agenda for sustainable development*, Washington, D.C.

4 WBCSD (2016) Sustainability beyond fence-lines: Why landscape approaches make business sense. Genebra: Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD).

Os LUDs foram mais bem-sucedidos no envolvimento de atores privados dos setores florestal e agrícola. Alguns processos de diálogo reuniram partes interessadas de uma mesma cadeia produtiva para discutir seus papéis individuais no apoio à produção sustentável (p.ex., o cultivo de cacau na paisagem de Wassa-Amenfi, em Gana). Em outros casos, os processos de diálogo se concentraram nas relações, dinâmicas e compromissos entre diferentes cadeias produtivas (p.ex., carvão, gado, carité e produção de frutas na Paisagem Ecológica Mole, em Gana).

Os principais métodos para envolver os atores do setor privado nos LUDs incluem o engajamento com diversos níveis da organização, o envolvimento de atores estratégicos do setor privado como co-lideranças do diálogo e membros do grupo consultivo, e a inclusão uma visita às instalações durante as visitas a campo do diálogo. Por exemplo, o agronegócio é uma das principais partes interessadas da paisagem na paisagem de Ilemi, na Tanzânia. No entanto, a primeira reunião de diálogo não conseguiu incluir nenhum grande ator do agronegócio. Com o objetivo de aumentar a participação e o compartilhamento dessa perspectiva, a agenda do segundo encontro incluiu visitas a propriedades comerciais. Esses atores do setor privado aderiram, então, ao restante da agenda de diálogo.

Gestores Ambientais e do Solo

Em locais onde as estratégias de gestão anteriores enfatizavam, de forma míope, setores específicos, a abordagem de paisagem oferece aos gestores ambientais

e do solo um marco holístico para a gestão de recursos.

Assim, recursos como rios e florestas são geridos coletivamente para atender as necessidades ambientais, de subsistência e de produção.

A escassez de água é um desafio central no aglomerado de Ilemi, onde se localiza o LUD da Tanzânia. Durante o LUD, os Grupos de Usuários da Água e o Gabinete de Água da Bacia de Rufiji apresentaram a questão e os desafios da Gestão Integrada de Recursos Hídricos na região, buscando gerar recomendações coletivas e um entendimento comum.

Grupos e Representantes Comunitários

Uma abordagem de paisagem pode possibilitar que grupos e representantes de comunidades anteriormente marginalizadas participem do processo de tomada de decisões, contanto que haja um método justo e transparente de participação e representação. Além disso, o processo de abordagem da paisagem pode fornecer um mecanismo para a responsabilização de atores poderosos perante as leis e as políticas que protegem os direitos humanos e o meio ambiente. Grupos e representantes comunitários têm participado de LUDs para obterem direitos de acesso e de gestão, para discutirem e aprenderem sobre gestão sustentável e práticas relativas ao uso de recursos, e para participarem da tomada de decisões que afetam a sua terra e seus modos de vida.

COMO GARANTIR QUE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E DAS COMUNIDADES MARGINALIZADAS SEJAM RESPEITADOS?

Em uma reunião entre o Comitê Diretor do TFD e parceiros do LUD, foram identificadas as seguintes boas práticas a serem observadas:

- ➔ Compreender como as pessoas são atualmente excluídas através do mapeamento de partes interessadas, das relações de poder e de métodos de representação responsável.
- ➔ Identificar formas representativas e legítimas para os povos indígenas expressarem suas perspectivas e contribuírem para os resultados do diálogo.
- ➔ Desenvolver atividades prévias ao diálogo para criar um ambiente no qual esses grupos possam contribuir de maneira significativa.
- ➔ Adotar os princípios do CLPI [Consentimento Livre, Prévio e Informado].
- ➔ Organizar o diálogo com esses grupos, inclusive para que eles possam sediar a reunião.
- ➔ Desenvolver estratégias de comunicação para gerar compromissos públicos e boa vontade em relação aos LUDs.
- ➔ Proteger contra represálias ou retaliações.
- ➔ Adotar compromissos culturalmente apropriados para garantir que seus direitos sejam respeitados.
- ➔ Criar as condições para estabelecer o escopo e compreender o status quo, dado que, em muitos lugares, trata-se de configurações singulares e complexas.

O envolvimento e a gestão das Áreas de Manejo Comunitário de Recursos (CREMAs), em Gana, foi um tópico central do Diálogo em Wass-Amenfi. Representantes do CREMA de todos os três distritos compuseram um número significativo de participantes no diálogo. Outro exemplo de representação comunitária ocorreu no LUD do Brasil, onde o envolvimento ativo de agricultores nas plenárias e visitas a campo resultou na identificação da colaboração e do intercâmbio entre agricultores como um meio estratégico para promover avanços no Alto Vale do Itajaí.

As comunidades podem adotar seus protocolos próprios de diálogo, representação e cronogramas que devem ser respeitados de modo a garantir a sua participação plena e aberta. Deve-se ter um cuidado especial para que os membros e grupos da comunidade, especialmente aqueles marginalizados ou que lutam ativamente contra as estruturas de poder, não sejam prejudicados pela participação no processo LUD. Por exemplo, expectativas muito altas podem piorar a situação dos grupos. Além disso, em alguns contextos, há registros de que esses processos ou diálogos participativos podem ser utilizados para identificar os atores que resistem a interesses poderosos.

O LUD de Agoro-Agu, em Uganda, teve como foco principal o engajamento das partes interessadas na elaboração e implementação de um novo plano de manejo florestal e um plano de gestão da paisagem para a região. Neste sentido, os departamentos de floresta e vida selvagem constituíram partes interessadas estratégicas na liderança do processo.

Os organizadores e as lideranças do LUD continuam a aprender e a adotar as melhores práticas para garantir que os direitos dos povos indígenas e dos grupos marginalizados sejam respeitados. Algumas das principais práticas recomendadas e lições aprendidas são delineadas na caixa de texto, “Como garantir que os direitos dos povos indígenas e das comunidades marginalizadas sejam respeitados”.

Organizações da Sociedade Civil

Muitas organizações da sociedade civil, incluindo grandes ONGs ambientais, estão adotando uma abordagem de paisagem.⁵ Por exemplo, o World Wildlife Fund (WWF) adota o que agora chamamos de uma abordagem de paisagem há mais de vinte anos, como parte dos esforços para a preservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.⁶

As organizações da sociedade civil podem apoiar ou implementar uma abordagem de paisagem com o objetivo de preservar a biodiversidade e os serviços ecossistêmi-

cos; enfrentar as desigualdades sociais associadas ao acesso a recursos; e atingir metas programáticas.

O sucesso do LUD no Brasil, no Alto Vale do Itajaí, pode ser atribuído, em parte, à ONG local Apremavi, que incorporou o trabalho do LUD como um elemento central de sua missão. Da mesma forma, um aspecto essencial do projeto PLUS foi a presença de uma organização não-governamental importante e atuante na paisagem focal como parceira na implementação do projeto. Essas organizações incluem a OCEAN, na RDC, a African Wildlife Foundation, na Tanzânia, a AIVI, em Uganda, a Codesult e A Rocha, em Gana. As lideranças dessas organizações promoveram processos de engajamento de partes interessadas, acompanhamento de atividades e geração de confiança no local.

Governo

Em todo o mundo, os governos estão descobrindo a abordagem de paisagem como um caminho viável para atingir as metas de mitigação das mudanças climáticas e os objetivos de desenvolvimento sustentável em escala. Essa relação agora é evidente no Fórum de Paisagens Globais, um evento paralelo das negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas desde 2013. Os governos podem ser motivados a participar de uma abordagem de paisagem para atingir

5 Por exemplo: a World Wildlife Fund, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), a African Wildlife Foundation e a Conservação Internacional, Global Canopy Programme e The Nature Conservancy

6 World Wildlife Fund (WWF). 2016. Landscape Elements: Steps to achieving Integrated Landscape Management. Resumo.

as metas de mitigação das mudanças climáticas e os objetivos de desenvolvimento sustentável em escala, ou apoiar iniciativas de planejamento do uso do solo e reforma agrária.

O Plano de Uso do Solo Rural é um ponto de partida fundamental para o LUD na Tanzânia. Deste modo, agências governamentais, incluindo a Comissão Nacional de Planejamento do Uso do Solo, são partes interessadas estratégicas no processo LUD.

Tabela 2: Participantes do LUD por Paisagem

	PARTICIPANTES
Gana, Wassa Amenfi	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membros da organização de agricultores (CREMA) ▪ Comunidade local (agricultores, professores) ▪ Autoridades tradicionais ▪ Especialistas em gênero ▪ ONGs ambientais (IUCN, A Rocha Ghana, Rede Codesult) ▪ Agências Governamentais (Comissão Nacional de Planejamento do Desenvolvimento, Comissão Florestal, Organização Nacional para a Gestão de Desastres, Ministério da Alimentação e Agricultura, Comissão de Direitos Humanos e Justiça Administrativa) ▪ Governo Local (Assembleias Municipal e Distrital) ▪ Equipe dos Parques Nacionais (Gestão do Parque Nacional de Kakum, Parque Nacional de Mole) ▪ Setor Privado (Samartex Timber Company, OLAM, Quam Farms) ▪ Meios de Comunicação ▪ Comunidade de Prática LUD (Tanzânia, RDC, Uganda e Brasil)
RDC, Mangai	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo Local (Administrateur du Territoire, Bourgmestre and d'Idiofa ; 4 Bourgmestres des Communes Rurales, Mangai, Dibaya Lubwe, Kalo, and la Panu ; 12 Chefs de secteurs) ▪ Autoridades tradicionais (Chefs de groupement and Chefs de terre) ▪ ONGs (OCEAN, IUCN) ▪ Governo Nacional (ICCN) ▪ Governo Regional: (Coordination Provinciale de l'Environnement de la Province du Kwilu) ▪ Membros da organização de agricultores: (Groupe de Travail sur la Gouvernance des Ressources Naturelles de Mangai - GTGRN de Mangai) ▪ Setor Privado (Faja Lobi) ▪ Meios de Comunicação ▪ Comunidade de Prática LUD (Tanzânia, Gana, Uganda)

continua na próxima página

PARTICIPANTES	
Tanzânia, Kilombero	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parceria Público-Privada (SAGCOT) ▪ ONGs (IUCN, CARE Tanzânia, AWF, WWF, TFCG, HakiArdhi) ▪ Setor Privado (Companhia de Açúcar de Kilombero, Companhia de Teca do Vale de Kilombero) ▪ Governo Regional (Ministério da Agricultura, Dodoma, Gerência Regional de Recursos Naturais, Gerência Regional de Mineração) ▪ Conselho Distrital ▪ Representantes da Comunidade Local (Governo Local, Associação de Usuários da Água, Comitês Locais de Recursos Naturais, Comitê de Uso do Solo Rural) ▪ Associação de Usuários da Água do Baixo Mngeta ▪ Governo Nacional (Comissão Nacional de Planejamento do Uso do Solo, Autoridade Nacional da Tanzânia para a Vida Selvagem [Tanzania Wildlife Authority], Parques Nacionais da Tanzânia, Ministério dos Recursos Naturais, Ministério de Terras, Ministério da Agricultura, Agência de Serviços Florestais da Tanzânia) ▪ Instituições de Pesquisa (Instituto de Pesquisas Agrícolas da Tanzânia, Centro de Monitoramento Ecológico de Udzungwa, Universidade Agrícola de Sokoine) ▪ Meios de Comunicação ▪ Comunidade de Prática LUD (Uganda, Gana, Ruanda, RDC, Brasil) <p style="text-align: right;"><i>continua na próxima página</i></p>



Participantes do LUD no Brasil se reúnem em plenária para discutir quem deve ser envolvido no processo e o porquê.

PARTICIPANTES (CONTINUAÇÃO)	
Tanzânia, Ihemi	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo Local (Governo Distrital de Kilolo, Secretaria Regional de Njombe, Gabinete de Administração Regional de Iringa, DED [Diretor Executivo Distrital]) ▪ Governo Nacional (Secretaria do REDD+, Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca, Ministério de Terras, Habitação e Desenvolvimento de Assentamentos Humanos, Gabinete Presidencial de Administração Regional e Governo Local, Comissão Nacional de Planejamento do Uso do Solo) ▪ Parceria Público-Privada (SAGCOT) ▪ Setor Privado (Fazenda de Chá Mokonge, Njombe Outgrowers Service Company, Fazenda Mtanga) ▪ Institutos de Pesquisa (PBL Netherlands, Universidade de Dar es Salaam, Mweka Wildlife College, Universidade Agrícola de Sokoine) ▪ ONGs (AWF, IUCN, MAI, WWF, Associação de Mulheres Líderes na Agricultura e Meio Ambiente da Tanzânia, SECO, Tanzania Land Tenure Assistance, CARE Internacional, Pastoralists Indigenous NGO, WBCSD) ▪ Comunidade Local ▪ Comunidade de Prática LUD (Etiópia, Gana, Tanzânia, Uganda, Quênia, Brasil) ▪ Outros (Banco de Desenvolvimento Agrícola da Tanzânia)
Brasil, Santa Catarina	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunidade Local (pequenos agricultores) ▪ Associação de Agricultores (AFUBRA) ▪ ONGs (Apremavi, Conservação Internacional, Instituto Augusto Carneiro, IBio, Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, Associação Pró-Muriqui, IIED) ▪ Institutos de Pesquisa e Extensão Agrícola (Epagri, Unidavi, Uniasselvi) ▪ Governo Local (Secretaria de Agricultura de Atalanta, Prefeitura, Amavi - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí) ▪ Setor Privado (Klabin, Cravil, Scheller Madeiras, Kimberly Clark, Pamplona, Cresol) ▪ Comunidade de Prática LUD (Tailândia, Moçambique, Nova Geração de Plantações [New Generation Plantations]) ▪ Fóruns do Diálogo Florestal Brasileiro
Agoro Agu, Uganda	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agentes Distritais de Recursos Naturais ▪ Agentes Distritais de Desenvolvimento Comunitário ▪ Agoro International Vocational Institute ▪ Environmental Alert ▪ Representantes de Autoridades Tradicionais ▪ Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais ▪ Autoridade Florestal Nacional ▪ Autoridade Nacional de Uganda para a Vida Selvagem

DIREÇÕES FUTURAS

A iniciativa Diálogos do Uso do Solo continua a promover processos de diálogo envolvendo abordagens de paisagem em todo o mundo. Processos LUD para apoiar a superação dos desafios da paisagem na Paisagem do Lago Inle, em Mianmar, e no Corredor Ecológico de Belém, no Brasil, estão atualmente em fase de definição do escopo. Como o TFD continua apoiando esses processos de diálogo, estamos buscando formas de aumentar o número de processos de diálogo facilitados, preservando a adaptabilidade do processo a cada contexto local. O primeiro passo para ampliar o impacto dos LUDs é divulgar o processo LUD e documentar os aprendizados, como fazemos neste guia. Na medida em que o processo LUD prossegue em diversas paisagens ao redor do mundo, o TFD está empenhado em continuar apoiando uma comunidade de prática LUD, fornecendo oportunidades de aprendizagem entre diferentes paisagens e compartilhando aprendizados.



Participantes do primeiro LUD no Brasil.

ANEXOS



ANEXO A: COMPONENTES DE PREPARAÇÃO DO DIÁLOGO

Definir Objetivos do Diálogo

O primeiro passo para a organização do diálogo é o grupo consultivo definir objetivos claros e acordados. Esses objetivos devem ser específicos o suficiente para gerar resultados concretos. Eles também devem refletir sobre o papel desempenhando pelo LUD no apoio ao processo mais amplo de abordagem da paisagem.

Por exemplo, o foco da primeira reunião do LUD no Brasil foi identificar os participantes fundamentais ao processo para a promoção de mudanças e as questões-chave que o processo deveria abordar: nesta fase, a reunião não se concentrou na definição de visões. Em outros diálogos, o LUD foi projetado para contribuir e mobilizar a implementação de algum processo formal específico, por exemplo, a análise da paisagem de Agoro-Agu, em Uganda. Independentemente de qual seja o foco do processo LUD, o objetivo deve refletir esse foco e seus resultados pretendidos devem ser concretos e realistas.

Identificar as Co-lideranças do Diálogo

As co-lideranças do diálogo devem ser lideranças da paisagem ou influenciadores estratégicos em nível nacional ou regional, com conhecimento específico da paisagem. Eles devem representar um conjunto diverso de prioridades, perspectivas e setores. Organizações ou indivíduos-chave, que conduzirão as ações de diálogo, devem ser escolhidos como co-lideranças.

É importante ressaltar que ser uma co-liderança não é uma função honorária. Apoiar o processo demanda bastante tempo e comprometimento. As co-lideranças são responsáveis pela condução do processo LUD, incluindo definir os objetivos do diálogo, definir a agenda, mediar as plenárias e discussões nos grupos menores durante o diálogo, fornecer relatórios síntese aos participantes, e supervisionar a elaboração da nota conceitual e do relatório síntese do diálogo.

Indivíduos na paisagem cujo engajamento é importante, mas que não podem assumir um papel tão importante como o de co-liderança, devido a questões de tempo ou outros motivos, podem cumprir outra função honorária e serem atribuídos tempo de fala; por exemplo, eles podem abrir o diálogo, apresentar a perspectiva de alguma parte interessada à plenária ou apresentar relatórios dos grupos de discussão.

Foto à esquerda: Membro do Grupo de Trabalho sobre Governança na Paisagem de Wassa-Amenfi mostra aos participantes do LUD sua propriedade e seus tanques de peixes.

Foto cortesia da IUCN

Elaborar Nota Conceitual

A Nota Conceitual é um documento sucinto (2 a 5 páginas) que apresenta informações importantes sobre a paisagem, informações básicas a respeito das questões-chave, e os objetivos do LUD. As lideranças e o processo LUD devem ser descritos resumidamente.

O documento é elaborado conjuntamente pelo grupo consultivo e deve ser aprovado por todas as co-lideranças, caso elas não tenham participado da redação. Em algumas ocasiões, a nota conceitual é inicialmente redigida pelo Secretariado do TFD, ou por algum parceiro ou organização-chave da implementação na paisagem. A nota conceitual é distribuída ao convidar os participantes. Ela deve fornecer informações suficientes para dar aos participantes uma ideia de por que eles devem comparecer e do que será discutido.

Convidar Participantes

A lista de participantes pode ser elaborada com base no mapa de partes interessadas desenvolvido durante a fase de engajamento. A elaboração da lista também deve refletir os objetivos do diálogo. Aqueles que exercem influência ou que são influenciados por esses objetivos específicos devem ser convidados a participar.

Atenção especial deve ser dada para garantir que estejam presentes aqueles que deverão levar adiante as ações pretendidas ou aqueles marginalizados na tomada de decisões sobre o tema.

Os convites devem ser feitos da forma comumente utilizada na região e para aquela parte interessada específica. Alguns participantes demandarão um encontro presencial, com antecedência, para garantir que eles entendam o que acontecerá no diálogo. Outros convidados exigirão o envio de um e-mail para a organização detalhando os objetivos do diálogo, e a organização selecionará a pessoa mais adequada para representá-los na reunião.

*Membro do Grupo de Trabalho sobre Governança na Paisagem de Wassa-Amenfi mostra aos participantes do LUD sua propriedade e seus tanques de peixes.
Foto cortesia da IUCN*



Como o diálogo se dá, fundamentalmente, entre indivíduos, é mais importante selecionar alguém que participará ativamente do diálogo do que simplesmente incluir alguém por causa de sua afiliação. Portanto, utilize o mapa como um guia, mas lembre-se de convidar indivíduos e instituições.

Definir uma Agenda

As co-lideranças e o grupo consultivo do diálogo, em parceria com o Secretariado do TFD, elaboram a agenda do diálogo. As co-lideranças coordenam e concebem o conteúdo com a ajuda do Grupo Consultivo, e o Secretariado do TFD assegura que o diálogo seja estruturado de modo a promover e facilitar uma discussão efetiva.

Os LUDs geralmente têm duração de dois a quatro dias, dependendo da disponibilidade dos participantes e das visitas a campo necessárias. Os diálogos devem adotar uma mescla de discussões em plenária e em pequenos grupos.

Diálogo Internacional Florestal

É importante ressaltar que essas discussões em plenária e em pequenos grupos devem se basear umas nas outras, de modo que as discussões nos grupos pequenos sejam relatadas à plenária, que irá sintetizar e tomar decisões a partir daí. Os diálogos podem ser mediados pelas co-lideranças ou por co-líderes específicos que também sejam membros da paisagem e qualificados para fazer a mediação.

Embora as especificações mudem de um LUD para o outro, um diálogo típico do LUD segue este fluxo geral:

- ➔ Estabelecer um entendimento comum dos elementos e das regras básicas do processo.
- ➔ Apresentar os destaques da pesquisa preliminar referentes às questões ou temas-chave da paisagem; potencialmente, visitar exemplos de problemas centrais e de soluções potenciais nas visitas a campo.
- ➔ Ouvir as perspectivas de diferentes partes interessadas sobre essas questões; potencialmente, visitar as partes interessadas nas visitas a campo para debater suas perspectivas.
- ➔ Estabelecer visões da paisagem entre os grupos de partes interessadas; geralmente, isso é feito nos grupos de discussão (ou compartilhar visões, caso já tenham sido elaboradas).
- ➔ Identificar sinergias e compromissos nas diferentes visões da paisagem.

- ➔ Discutir, em grupos ou em plenária, ações futuras para que as visões da paisagem sejam concretizadas; as ações podem incluir os atores e suas responsabilidades, e as fontes de financiamento para a implementação.
- ➔ Avaliar os próximos passos e o papel de diálogos futuros.

Os aspectos principais desse fluxo permitem que os diversos setores ou grupos de partes interessadas tenham a chance de formular sua visão e sua perspectiva juntos, ao mesmo tempo em que possibilitam que todo o grupo discuta as questões conjuntamente. Poucas apresentações devem ser feitas durante o diálogo e nenhuma palestra. O foco é o diálogo entre todos as partes interessadas envolvidas, e não um grupo pequeno.

Planejar Visitas a Campo

As visitas a campo devem abarcar o maior número possível de vozes de partes interessadas diferentes. A variedade de perspectivas pode ser refletida não apenas nas diversas paradas ao longo do dia, mas também através de perspectivas diferentes em uma mesma parada.

As visitas a campo também podem ser uma forma de envolver alguma parte interessada que, de outro modo, não se engajaria no LUD. Uma das partes interessadas que não possa ou que não esteja disposta a se comprometer com todo o processo de diálogo tem mais chances de ser envolvida com uma visita de campo a ela.

Isso permite que os participantes do LUD ainda possam ouvir a perspectiva dessas partes interessadas e dá a elas uma ideia dos objetivos do LUD, o que pode levá-las a se engajar mais plenamente no futuro.

As dicas a seguir são recomendadas para garantir que as visitas a campo sejam bem-sucedidas:

- ➔ Os dias em campo devem incluir as perspectivas de diversas partes interessadas.
- ➔ Evitar um programa tipo “ecoturismo” - enfatizar as perspectivas ao invés do cenário.
- ➔ Disponibilizar um folheto com descrições do local, informações básicas e os principais objetivos de cada parada, bem como questões para os participantes refletirem durante o dia.
- ➔ Garantir que, em cada parada, os participantes tenham tempo para fazerem perguntas e conversar.

- ➔ As paradas em campo devem se concentrar principalmente em perguntas e respostas, ao invés de apresentações longas.
- ➔ Evitar deslocamentos de mais de duas horas entre as paradas.
- ➔ Garantir que bebidas, lanches e almoço sejam oferecidos durante a viagem.
- ➔ Nomear um mediador da conversa em cada parada.

Assegurar que o espaço seja propício para o diálogo

Embora isso seja muitas vezes negligenciado, o espaço físico em que o diálogo ocorre tem um impacto significativo na forma como as pessoas se comunicam. Muitos LUDs são realizados em ambientes rurais ou em cidades pequenas onde pode não haver um local ideal disponível (conforme detalhado na caixa de texto, Considerações sobre o local do diálogo). No entanto, muitas das prioridades que garantem espaços propícios ao diálogo ainda podem ser levadas em consideração.

Entre elas:

- ➔ Todos os indivíduos podem se ver e não estão de costas uns para os outros; idealmente, os indivíduos não se sentam em fileiras;
- ➔ Os comentários dos participantes são dirigidos diretamente aos demais, e não ao mediador na frente da sala;
- ➔ Todos os indivíduos podem ser ouvidos; utilizar um microfone, se necessário;
- ➔ Testar os equipamentos, a iluminação e a temperatura ambiente com antecedência para providenciar alternativas, caso seja necessário.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O LOCAL DO DIÁLOGO

Através de seus muitos diálogos, o TFD observou que uma configuração em forma de U é a ideal para as discussões plenárias. Este tipo de arranjo permite que todos os indivíduos se dirijam aos demais, vejam as placas de identificação uns dos outros, e não permite que ninguém se esquive da conversa. Na medida do possível, é importante que, ao adotar essa configuração, os participantes do diálogo não formem uma segunda fila atrás da mesa. Idealmente, a sala também dispõe de muitas tomadas e microfones. Além da disposição da plenária, certificar-se da disponibilidade de salas adjacentes com mesas menores para os grupos de discussão, que haja espaço para cavaletes e luz natural.

ANEXO B: CRONOGRAMA DE SEIS MESES ANTES DO LUD

Elaborar um Cronograma para o Processo LUD

Idealmente, há um prazo de pelo menos seis meses entre a declaração da intenção de sediar uma plataforma LUD e a realização da primeira reunião de diálogo. Isso proporciona tempo para a fase de engajamento que precede o diálogo, antes da fase de exploração. Em seis meses, é possível identificar lideranças robustas para a plataforma, desenvolver o conceito e mobilizar as partes interessadas. Ver o Cronograma (Anexo C) para mais detalhes sobre os preparativos necessários para o lançamento da plataforma.

Seis meses antes do Primeiro Diálogo: Iniciar o Processo para Instituir um LUD

- ➔ **Compor um grupo consultivo:** Composto de partes interessadas estratégicas representando uma diversidade de interesses, o grupo consultivo tem a competência de levar a cabo uma visão para o papel do diálogo na paisagem, bem como as prioridades identificadas a partir do LUD.
- ➔ **Definir as funções** e responsabilidades do TFD, dos anfitriões e do grupo consultivo.
- ➔ **Elaborar um esboço da Nota Conceitual:** O documento deve explicitar a abordagem de paisagem, a escala da paisagem, os principais usos do solo, iniciativas e desafios na paisagem, o ponto de partida do diálogo e o papel do diálogo entre múltiplas partes interessadas. **Prazo:** Três meses antes do diálogo, incluídos os convites.
- ➔ **Mapeamento de partes interessadas:** delinear as partes interessadas e suas relações entre si. Utilizado para identificar os participantes fundamentais ao LUD e as partes interessadas que podem demandar uma atenção adicional para serem incluídas na plataforma. A identificação de partes interessadas é um processo contínuo que culmina na realização do evento.

Cinco meses antes:

- ➔ **Iniciar a elaboração do Documento de Referência:** O documento deve proporcionar aos leitores um entendimento do que se sabe atualmente sobre as decisões e os obstáculos referentes ao uso do solo, assim como refletir sobre os seus possíveis impactos no futuro da paisagem. **Prazo:** Dois meses antes do diálogo.

- ➔ **Identificar as Co-lideranças do Diálogo:** Normalmente, há pelo menos quatro co-lideranças do diálogo. As co-lideranças cumprem um papel fundamental no diálogo como os principais mediadores e impulsionadores de conteúdo. Suas funções e responsabilidades devem ser esclarecidas e acordadas com bastante antecedência para garantir o seu envolvimento ativo e a sua compreensão do processo de diálogo.
- ➔ **Elaborar uma lista de participantes:** A lista de participantes inclui as principais partes interessadas locais, regionais e nacionais que são impactadas e que influem nas decisões relativas ao uso do solo na paisagem. Além disso, participantes internacionais que possam fornecer contribuições importantes ou experiências de aprendizagem entre paisagens também podem ser identificados para participação. Atenção especial deve ser dada a partes interessadas que, historicamente, foram excluídas desses processos e da tomada de decisões.
- ➔ **Promover o compartilhamento de informações entre os organizadores da plataforma:** É necessário adotar um método comum para a coleta de informações sobre os participantes, antes de iniciar a distribuição dos convites.
- ➔ **Distribuir avisos de “Reserve a data”** para os participantes identificados.

Quatro meses antes:

- ➔ **Pré-visita de diálogo:** a pré-visita é o momento para o TFD, a organização anfitriã, o grupo consultivo e as co-lideranças planejarem o processo de diálogo e apresentarem a plataforma pessoalmente às partes interessadas necessárias. Isso inclui a definição de locais apropriados para a visualização da paisagem e a aprendizagem vivencial, e fazer ligações de cortesia às autoridades governamentais relevantes.

Três meses antes:

- ➔ **Enviar o convite a todos os participantes,** incluindo a versão final da Nota Conceitual.
- ➔ **Elaborar uma descrição das visitas a campo:** isso deverá ser distribuído a todos os participantes de modo a estabelecer um entendimento comum sobre cada local e as motivações para visitá-lo. A descrição deve incluir o que os participantes podem esperar ver e aprender, e com quem poderão falar. Questões de aprendizagem específicas a cada local também podem ser

incluídas, assim como as questões mais amplas de aprendizagem das reuniões. As questões de aprendizagem não são pensadas para serem feitas literalmente, mas para ajudar a orientar a observação dos participantes de cada local.

Dois meses antes:

- ➔ **Distribuir folheto com orientações logísticas aos participantes:** isso inclui todas as informações necessárias para alguém se preparar e chegar ao diálogo, incluindo opções de transporte e acomodação, horário e local do diálogo.
- ➔ **Planejar demandas técnicas e de tradução.**
- ➔ **Promover encontros pré-diálogo entre as partes interessadas:** Esses encontros são informais e podem assumir diversas formas, dependendo das necessidades das partes interessadas. O principal objetivo do encontro é fazer com que as partes interessadas se familiarizem com o processo e os objetivos do diálogo. Esta é uma oportunidade para as partes interessadas esclarecerem seus objetivos para os anfitriões e os organizadores da plataforma. Os participantes e organizadores podem ser informados a respeito de quando e como eles terão a oportunidade de expressar suas opiniões.

Um mês antes:

- ➔ **Finalizar a lista de participantes confirmados.**
- ➔ **Finalizar a agenda do diálogo.**
- ➔ **Organizar a logística do diálogo,** incluindo transporte e alimentação.
- ➔ **Distribuir materiais preparatórios, incluindo o documento de referência,** perguntas de aprendizagem e a descrição dos locais a serem visitados.

ANEXO C: CRONOGRAMA DE AÇÕES DO LUD PARA PARTICIPANTES E LIDERANÇAS

ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA	CRONOGRAMA					
	ENGAJAMENTO		EXPLORAÇÃO		MUDANÇA	
	4 meses de pesquisa preliminar	6 meses antes do diálogo	3 meses antes do diálogo	1 semana antes do diálogo	Implementação de Ações	Monitoramento e Avaliação
Secretariado do Diálogo Florestal Internacional (TFD)						
Anfitrião do Diálogo Local						
Grupo Consultivo LUD						
Equipe de Pesquisa						
Co-lideranças do Diálogo						
Participantes do Diálogo						

ANEXO D: CENÁRIOS DE FINANCIAMENTO

CENÁRIO DE FINANCIAMENTO	DESCRIÇÃO DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS	TEMPO	AVANTAGES	INCONVÊNIENTS
- I - Integral	Financiamento para o subsídio integral do processo LUD. O plano de financiamento cobrirá custos desde a pesquisa preliminar até o monitoramento e avaliação.	Idealmente, no mínimo 3 anos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabilidade financeira. ▪ Objetivos não estão sujeitos a mudanças na disponibilidade de fundos. ▪ Direção mais clara. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Menos oportunidades de subsídio disponíveis. ▪ Levantamento demorado de doadores potenciais.
- II - Por Diálogo	Financiamento das atividades do LUD em função das demandas, seja a alocação do orçamento disponível ou a busca de subsídios de curta duração para cobrir despesas prioritárias.	Curto prazo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avanço relativamente mais rápido em direção ao diálogo. ▪ Os resultados do diálogo podem assegurar mais doações. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os objetivos dependem e podem ser limitados pela disponibilidade de recursos.
- III - Orçamento de Projetos Existentes	O financiamento dos processos do LUD vem do orçamento disponível de parceiros, de recursos não vinculados ou de projetos existentes que se alinham aos objetivos do LUD.	Longo / Médio Prazo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tomada de decisões pode ser relativamente mais rápida e flexível. ▪ Menos tempo dedicado à busca de doadores. ▪ Oportunidade de reestruturação do orçamento interno. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os objetivos dependem e podem ser limitados pela disponibilidade de recursos. ▪ Necessidades da organização sujeitas à mudança.
- IV - Co-financiamento	O financiamento é compartilhado por partes interessadas em função dos seus recursos existentes e disponíveis, podendo ser complementados por subsídios adicionais.	Médio prazo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecer as relações com parceiros. ▪ Garantia de colaboração entre partes interessadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pode demandar tempo, caso os interesses das partes interessadas sejam divergentes.

ANEXO E: PRINCIPAIS CRITÉRIOS A SEREM CONSIDERADOS DURANTE A FASE DE PESQUISA

TÓPICOS PRINCIPAIS	INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS
<p style="text-align: center;">- I -</p> <p>Contexto inicial da paisagem (físico, ecológico, social e econômico)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Localização e tamanho da paisagem. ▪ Condições climáticas (p.ex, resistência ao fogo, volume de chuvas, risco de inundações, condições do solo, geologia, etc.). ▪ Cobertura florestal e principais tipos de vegetação. ▪ Principais usos do solo (p.ex., principais cultivos, densidade de estande, cobertura do solo ao longo do tempo, etc.). ▪ Mudanças no uso do solo nos últimos 10 anos e impactos no estilo e nos modos de vida da população. ▪ Importância da paisagem nos contextos nacional e internacional. ▪ Importância da paisagem no contexto local específico (quem utiliza essas paisagens e de que formas? Como elas gostariam de ver essas paisagens se desenvolverem no futuro?). ▪ Contexto histórico de projetos/intervenções na paisagem (referentes ao uso do solo - conservação, gestão de áreas de proteção, gestão da produção florestal, etc.).
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Renda e modos de vida das comunidades baseados nos produtos e serviços proporcionados pela paisagem: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Principais produtos comercializáveis (indicar escala, tamanho em termos de \$, principais questões e oportunidades). ▪ Principais produtos e serviços não-mercantis (indicar escala, tamanho em termos de \$, principais questões e oportunidades). ▪ Benefícios percebidos da paisagem e valores importantes para homens e mulheres.
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Principais políticas pertinentes ao uso do solo da paisagem e a motores de mudança, como: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Circunstâncias políticas, legais e institucionais. ▪ Mitigação das mudanças climáticas e estratégias de adaptação. ▪ Políticas de conservação - Áreas Protegidas e áreas não protegidas. ▪ Políticas de desenvolvimento agrário. ▪ Direitos legais e tradicionais sobre a terra e os recursos. ▪ Principais programas de infraestrutura. ▪ Corredores de desenvolvimento. ▪ Principais iniciativas de restauração vigentes.

TÓPICOS PRINCIPAIS	INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS
<p>- I -</p> <p><i>continuação</i></p> <p>Contexto inicial da paisagem (físico, ecológico, social e econômico)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estatuto da posse da terra e manejo do solo (segundo o governo, direitos consuetudinários): <ul style="list-style-type: none"> ▪ Planejamento do uso do solo ▪ Propriedade da terra ▪ Ecossistemas ameaçados ▪ Áreas de conservação/proteção ▪ Segurança Alimentar ▪ Zonas de amortecimento ▪ Concessões - Mineração, Madeira, Agricultura ▪ Recursos Hídricos e gestão de bacias hidrográficas ▪ Agricultura ▪ Gestão de incêndios florestais (se aplicável) ▪ Diferenças de gênero na gestão
<p>- II -</p> <p>Analisar questões-chave e possíveis falhas de governança na paisagem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Breve descrição dos desafios ambientais (p.ex., perda de florestas, questão hídrica, erosão do solo, poluição, desigualdade de gênero, etc.). ▪ Investigar as causas das questões e sua relação com setores de uso do solo (p.ex., agricultura, mineração, plantações, etc.). ▪ Identificar três questões prioritárias que sejam preocupações comuns a diversas partes interessadas da paisagem (considerar: a) sociais: bem-estar, gênero, inclusão social; b) políticas, lacunas e governança; c) ambientais, clima, degradação do solo, conversão de terras; d) econômicas).
<p>- III -</p> <p>Oportunidades-chave para a gestão integrada da paisagem e possíveis intervenções</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Visões de partes interessadas individuais sobre os impactos na paisagem - sociais, ecológicos/biodiversidade, institucionais, políticos, etc. - em determinado horizonte temporal (10-50 anos, dependendo do foco do diálogo). ▪ Principais intervenções passíveis de sucesso. ▪ Doadores interessados na paisagem. ▪ Doadores e projetos/iniciativas existentes. Por exemplo, existem iniciativas/recursos do governo anfitrião na paisagem específica? Qual a melhor forma de promover a sinergia com outros projetos e implementadores?

TÓPICOS PRINCIPAIS	INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS
<p>Compreender os interesses das partes interessadas da paisagem</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ População (densidade, tamanho, etnicidade desagregada por sexo e idade). ▪ Níveis de pobreza. ▪ Lista de partes interessadas da comunidade e sua função principal, responsabilidades, ocupação e dependência (socioeconômica) da paisagem (desagregar dados por sexo, idade e, se possível, etnicidade e grau de escolaridade). ▪ Descrição (p.ex., quem, função, interesses, grau de influência) de outras partes interessadas estratégicas (p.ex., agências governamentais e não-governamentais, setor privado, doadores) atuantes na paisagem. ▪ Breve análise de questões de gênero, de direitos e de poder entre as partes interessadas (uma matriz de interesse e influência pode ser utilizada).





Córrego em fazenda na paisagem
do Ilemi, Tanzânia.
Foto cortesia do TFD

